



COMITÊ  
INTERMINISTERIAL  
SOBRE MUDANÇA  
DO CLIMA

# Plano Clima 2024-2035

Apresentação institucional

CASA CIVIL

MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO

MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE E  
MUDANÇA DO CLIMA





# **PLANO CLIMA**

**2024-2035**

## Contexto

Contexto de emergência climática indica mudanças significativas no Brasil, tais como:



aumento de **temperatura** e de **ondas de calor** em todas as macrorregiões;



aumento de **chuva** anual na região Sul e o de chuva extrema persistente nas regiões Norte, Sudeste e Sul;



aumento da frequência e da duração de **secas** nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste;



aumento de **vento severo** nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul; e



aumento da temperatura do oceano, elevação do **nível do mar**, branqueamento dos corais, ondas de calor marinhas e acidificação do oceano em toda a costa brasileira.

Crescimento da proporção, frequência e magnitude de eventos climáticos extremos e impacto sobre a população

## Contexto



### **Pontos de não retorno para o Brasil:**

- **Colapso da Floresta Amazônica:** aquecimento global superior a 1,5°C (em relação ao período pré-industrial) + desmatamento e incêndios florestais; e
- **Extinção de recifes de coral:** apontado como o primeiro ecossistema a ser extinto funcionalmente.



### **Qual o custo da inação?**

- Perda correspondente a 146% do **PIB** do Brasil até 2050;
- Redução significativa nos níveis de **atividade econômica, emprego, produtividade**, entre outros indicadores; e
- Agravamento das **disparidades regionais** diante dos impactos da mudança do clima.

O Plano Clima se apresenta como documento-chave para orientar a política de enfrentamento à mudança do clima no Brasil nos próximos 10 anos.



**QUANTO MAIS RÁPIDA A  
REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE  
GASES DE EFEITO ESTUFA...**



**... MAIORES AS CHANCES DE  
REDUZIR VULNERABILIDADES  
E AUMENTAR A RESILIÊNCIA...**



**... E MENORES OS  
IMPACTOS DE EVENTOS  
CLIMÁTICOS EXTREMOS**

# Conhecendo o Plano Clima

## Amparo legal



### Marcos normativos nacionais

#### **CF 1988**

Estabelece o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o dever do Poder Público e da coletividade de protegê-lo e preservá-lo (art. 225).

#### **PNMC (Lei nº 12.187/2009)**

Estabelece o Plano Clima como instrumento para reduzir os efeitos adversos da mudança do clima e a vulnerabilidade dos sistemas ambiental, social e econômico.

#### **CIM (Decreto nº 11.550/2023)**

Restauração do CIM e fortalecimento da governança climática nacional.

#### **Resolução CIM nº 3/2023**

Aprova **estrutura do Plano Clima 2024-2035**. Institui GTs para elaboração dos eixos de **Adaptação e Mitigação**.

#### **Resolução SUBEX/CIM nº 4/2025**

Instituição dos GTs para elaboração do **eixo das Estratégias Transversais** para Ação Climática do Plano Clima 2024-2035.

Em 2024, o Brasil estabeleceu nova meta para redução de emissões em sua nova **Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC)**, no âmbito do **Acordo de Paris**.



## PLANO CLIMA Mitigação

Estratégia Nacional  
de Mitigação

Planos Setoriais  
de Mitigação

- 1 Mudanças do Uso da Terra em Áreas Públicas e Territórios Coletivos
- 2 Mudanças do Uso da Terra em Áreas Rurais Privadas
- 3 Agricultura e Pecuária
- 4 Energia

- 5 Transportes
- 6 Cidades
- 7 Indústria
- 8 Resíduos Sólidos e Efluentes Domésticos



## PLANO CLIMA Adaptação

Estratégia Nacional  
de Adaptação

Planos Setoriais e  
Temáticos de Adaptação

- 1 Agricultura e Pecuária
- 2 Agricultura Familiar
- 3 Biodiversidade
- 4 Cidades
- 5 Energia
- 6 Igualdade Racial e Combate ao Racismo
- 7 Indústria e Mineração
- 8 Oceano e Zona Costeira
- 9 Povos e Comunidades Tradicionais
- 10 Povos Indígenas
- 11 Recursos Hídricos
- 12 Redução e Gestão de Riscos e de Desastres
- 13 Saúde
- 14 Segurança Alimentar e Nutricional
- 15 Transportes
- 16 Turismo



## PLANO CLIMA Tranversais

Estratégias Transversais  
para Ação Climática

Transição Justa e  
Justiça Climática

Mulheres e Clima

Meios de  
Implementação

Educação,  
Capacitação,  
Pesquisa,  
Desenvolvimento e  
Inovação

Monitoramento,  
Gestão, Avaliação e  
Transparência



PLANO CLIMA  
2024-2035



PPA  
2024-2027



PPA  
2028-2031



PPA  
2032-2035

## Visão

O Plano Clima coloca o Brasil na trajetória de se tornar um **país sustentável, resiliente, seguro, justo e próspero**, com os governos, a sociedade civil, o setor privado e a comunidade científica conscientes, engajados e atuando de forma integrada diante da mudança do clima.

## Objetivo Geral

O objetivo geral do Plano Clima é orientar, promover, implementar e monitorar ações coordenadas que visem à **transição para uma economia com emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2050** e à **adaptação de sistemas humanos e naturais à mudança do clima, por meio de estratégias de curto, médio e longo prazo**, à luz do **desenvolvimento sustentável** e da **justiça climática**.

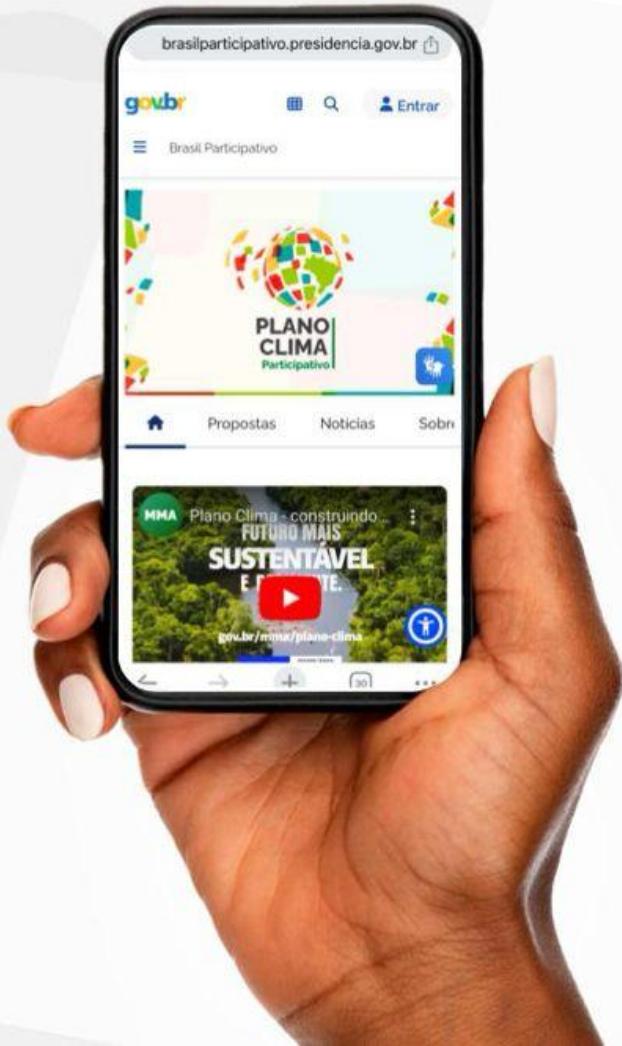
## Princípios

Constituição Federal de 1988  
Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC (Lei nº 12.187/2009)  
Compromissos internacionais – UNFCCC (Acordo de Paris e as NDC do Brasil) e  
Agenda 2030 (17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS)



# O Plano com a cara do Brasil

## Dados do Brasil Participativo



### 1ª Etapa (07 a 11/2024)

**9 Plenárias Territoriais**, para mobilizar a população, informar etapas de elaboração do Plano e estimular o envio de propostas pelo **Brasil Participativo**. O processo contou com **24.088 participantes e 1.292 propostas** para as **Estratégias Nacionais de Mitigação e Adaptação, e seus planos setoriais e temáticos**.

### 2ª e 3ª Etapa (10/24 a 04/2025)

**Estratégia Nacional de Adaptação (ENA) e seus Planos Setoriais e Temáticos** receberam **3.684 contribuições**, das quais **27% foram aproveitadas integralmente e 23% parcialmente**.

### 4ª e 5ª Etapa (04 a 08/2025)

**Estratégia Nacional de Mitigação (ENM)** recebeu **780 contribuições**, das quais **16,03% foram aproveitadas integralmente e 10,64% parcialmente**.  
**Metas da ENM** receberam **118 contribuições** e os **Planos Setoriais de Mitigação** receberam **1.989 propostas**.



3  
WORKSHOPS  
TEMÁTICOS

6 OFICINAS  
SETORIAIS  
CONJUNTAS

7 OFICINAS  
PARTICIPATIVAS

12 REUNIÕES  
ORDINÁRIAS DO  
GT MITIGAÇÃO

19 MINISTÉRIOS  
+ FBMC & REDE  
CLIMA

5 WEBINÁRIOS  
DE ORIENTAÇÃO



**PLANO  
CLIMA**  
Mitigação

### GT MITIGAÇÃO

Intenso processo de engajamento, integração entre setores e atores da sociedade civil.





5 OFICINAS  
PREPARATÓRIAS

6 OFICINAS  
SETORIAIS E  
TEMÁTICAS

14 REUNIÕES ORDINÁRIAS  
DO GRUPO TÉCNICO DE  
ADAPTAÇÃO

25 MINISTÉRIOS +  
120 INSTITUIÇÕES

6 WEBINÁRIOS DE  
ORIENTAÇÃO



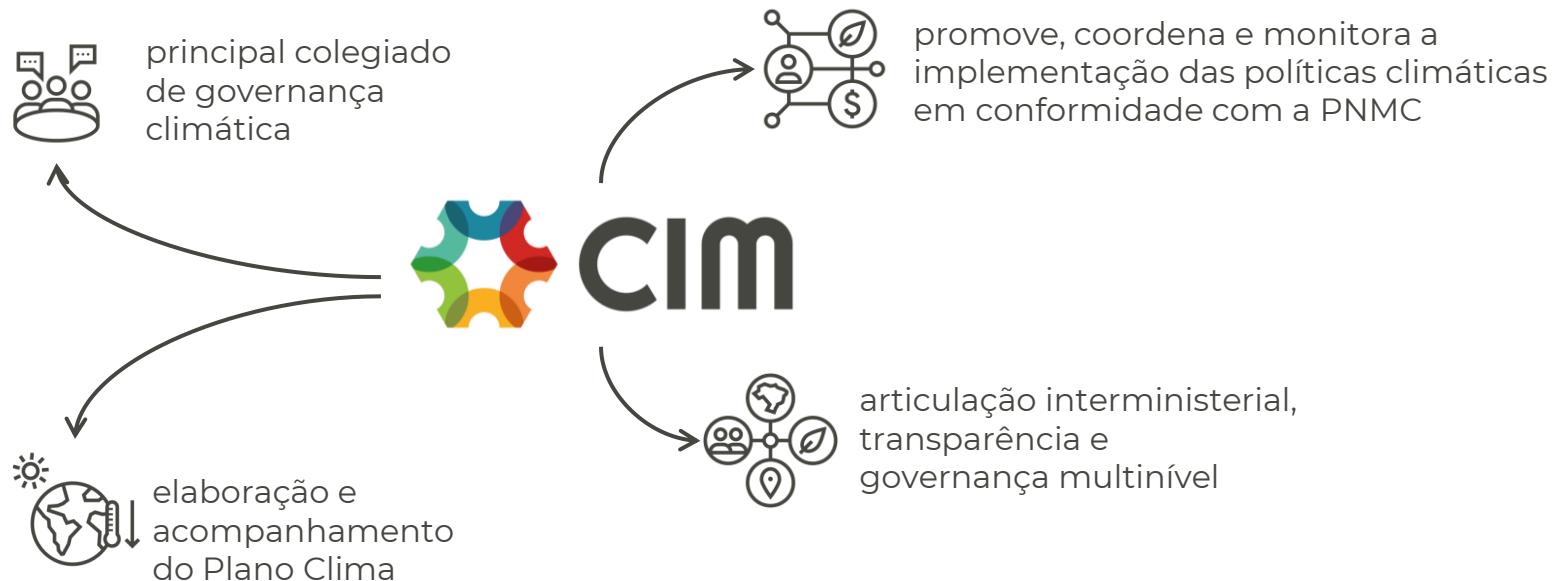
**PLANO  
CLIMA**  
Adaptação

### GT ADAPTAÇÃO

Intenso processo de engajamento, integração entre setores e capacitação sobre riscos climáticos, Adaptação, AbE e justiça climática.



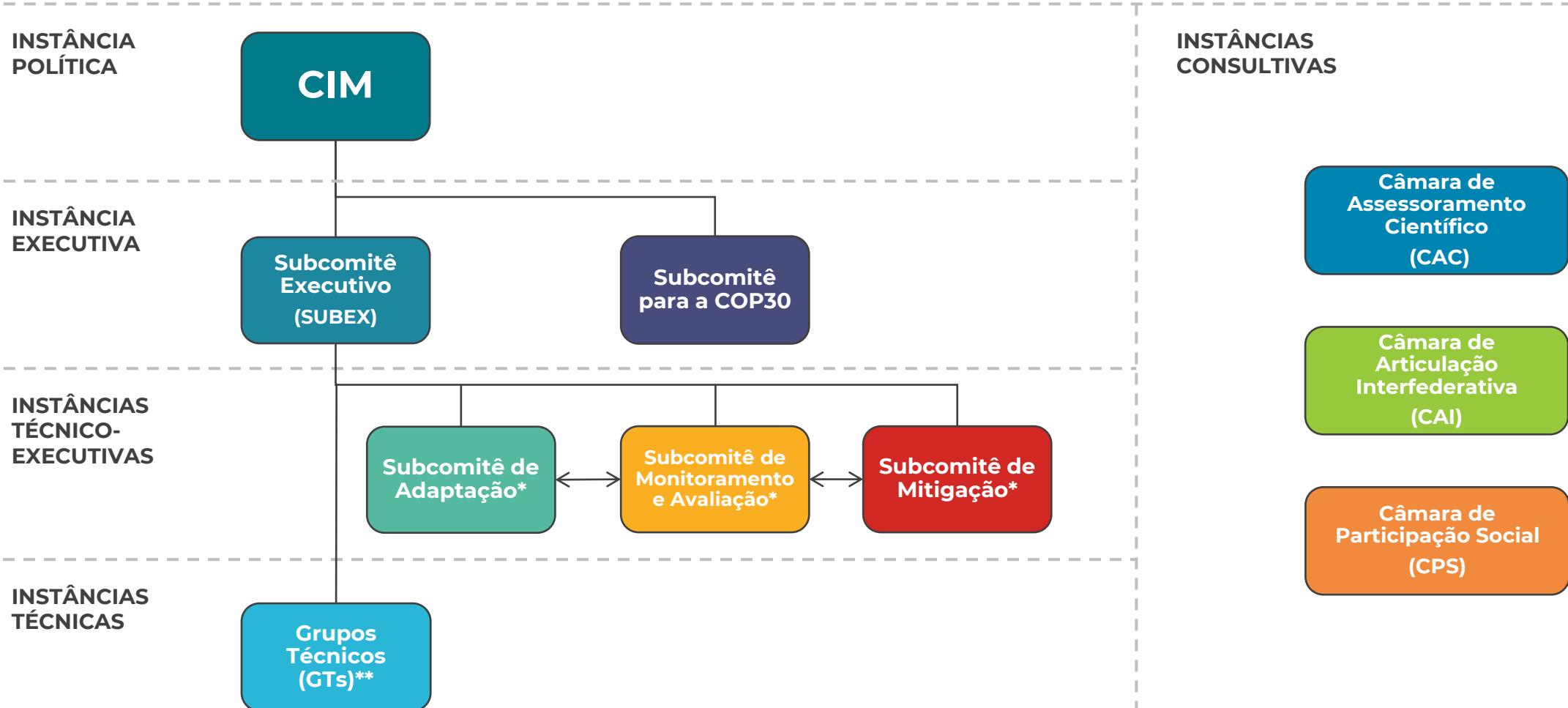
# A governança do Plano Clima no âmbito do CIM



O Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima - CIM é responsável por **coordenar e supervisionar a elaboração, aprovação, monitoramento e avaliação da implementação do Plano Clima.**

Para **fortalecer a governança do Plano Clima**, o CIM poderá criar novos **subcomitês permanentes** dedicados a assessorar o SUBEX no **acompanhamento da implementação, monitoramento, avaliação e atualização do Plano Clima.**

# A governança do Plano Clima no âmbito do CIM



(\*\*) A nova estrutura de governança do CIM foi validada pelo SUBEX e deverá ser submetida à aprovação pelo pleno de ministros do CIM. A criação de subcomitês permanentes dedicados aos temas de Adaptação, de Mitigação e de Monitoramento e Avaliação tem como principal objetivo aprimorar o acompanhamento da implementação do Plano Clima.

(\*\*) GTs em funcionamento: GT SBCE, GT Capacitação, GT Monitoramento e Transparência, GT Meios de Implementação e GT Transição Justa.



# PLANO CLIMA

Adaptação



# Plano Clima Adaptação Elementos e estrutura



# Estratégia Nacional de Adaptação

## Diretrizes Nacionais



**1)** Promoção do desenvolvimento sustentável nas suas múltiplas dimensões, considerando setores e temas estratégicos para o país, tendo em vista a redução de desigualdades, a equidade e a transição justa..



**2)** Promoção da justiça climática com base em suas dimensões de gênero, raça, etnia, idade, classe social, origem geográfica e demais fatores que influenciam a vulnerabilidade.



**3)** Promoção da proteção, conservação e preservação ambiental, orientadas pelos princípios da precaução e prevenção.



**4)** Governança multinível e transversal, tendo em vista a coerência, a sinergia e a complementaridade entre estratégias, considerando as especificidades territoriais.



**5)** Promoção da transparência e dos processos participativos com a sociedade, em todo o ciclo iterativo da adaptação.



**6)** Integração da adaptação em políticas, programas e projetos que possam ser afetados pela mudança do clima, contemplando iniciativas estruturantes e incluindo a perspectiva de longo prazo.



**7)** Fortalecimento de capacidades institucionais nos diferentes níveis governamentais, incluindo aquelas necessárias para o acesso a fontes de financiamento e meios de implementação para medidas de adaptação apropriadas a cada contexto.



**8)** Promoção de cobenefícios entre a adaptação e a mitigação das emissões de GEE.



**9)** Adoção do melhor conhecimento disponível, com base na ciência, nas boas práticas setoriais e da sociedade, no conhecimento tradicional e demais fontes consideradas apropriadas.



**10)** Integração de ações incrementais e transformacionais, baseada na compreensão de riscos relacionados ao clima e seus múltiplos fatores condicionantes, com diferentes horizontes temporais e escalas de execução.



**11)** Promoção da sensibilização e da conscientização pública sobre a mudança do clima, suas causas, consequências e abordagens para redução dos riscos.



**12)** Adoção da abordagem de Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE), reconhecendo seu potencial de redução de riscos climáticos e vulnerabilidades de forma sistêmica, flexível, socialmente justa e custo-efetiva, e benefícios para os esforços de mitigação, simultaneamente.



**13)** Garantia da flexibilidade e adaptabilidade das estratégias, com revisões do Plano e mudanças de contexto, a fim de incorporar atualizações de informações e conhecimentos gerados, assim como lições aprendidas.

# Estratégia Nacional de Adaptação

## Objetivos Nacionais



**#1**  
Aumentar a **resiliência das populações, cidades, territórios e das infraestruturas** frente à emergência climática.



**#2**  
Promover a **produção sustentável e resiliente** e o acesso regular a **alimentos** saudáveis, em qualidade e quantidade adequadas.



**#3**  
Promover a **segurança hídrica, disponibilizando água em qualidade e quantidade suficientes para os usos múltiplos**, como abastecimento, produção, energia e ecossistemas.



**#4**  
**Proteger, conservar, restaurar e fortalecer ecossistemas e a biodiversidade** e assegurar o provimento dos serviços ecossistêmicos.



**#5**  
Promover, proteger e recuperar a **saúde e o bem-estar das populações**, respeitando os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais.



**#6**  
Garantir a **segurança energética**, de forma sustentável e acessível.



**#7**  
Promover o **desenvolvimento socioeconômico** e a redução das desigualdades.



**#8**  
Proteger o **patrimônio cultural e preservar práticas culturais** e locais de patrimônio, frente aos riscos relacionados à mudança do clima.



**#9**  
Fortalecer o papel vital do **oceano e da zona costeira** no enfrentamento da mudança do clima.

# Estratégia Nacional de Adaptação

## Metas Nacionais



#1

Até 2035, garantir que todos os estados e ao menos 35% dos municípios brasileiros tenham Planos de Adaptação.

#2

Até 2035, atender com obras de prevenção de riscos de desastres pelo menos 4 milhões de pessoas expostas ao risco de desastre geohidrológico.

#5

Até 2035, garantir que 100% dos projetos para obras de infraestrutura a serem apoiados pelo Governo Federal considerem os riscos climáticos.

#6

Até 2035, reduzir em pelo menos 30% as interrupções operacionais causadas por eventos climáticos em infraestruturas federais de transportes.

#9

Até 2030, ampliar a adoção de sistemas de produção agropecuária diversificados, sustentáveis e resilientes, em 72,68 milhões de hectares.

#3

Até 2035, ampliar em 180 mil hectares a cobertura vegetal em áreas urbanas, priorizando os municípios sob maior risco climático.

#4

Até 2035, reduzir para 7,5% o total de municípios com nível de segurança hídrica mínimo.

#7

Até 2030, ampliar para 30% a extensão das Áreas Marinhas Protegidas, com estratégias específicas para a mudança do clima nos planos de manejo.

#8

Até 2035, conectar 30% do território nacional por meio de corredores ecológicos entre áreas protegidas e outros Mecanismos Eficazes de Conservação Baseados em Área - OMECs, priorizando territórios sob maior risco climático e de refúgio climático.

#10

Até 2035, erradicar a insegurança alimentar e nutricional grave.

#11

Até 2035, ter 100% das secretarias de saúde dos estados e dos municípios prioritários para emergência climática mobilizados para adaptação do SUS à mudança do clima.

#12

Até 2035, garantir que 100% do planejamento de expansão eletroenergética considere riscos climáticos.

# Planos Setoriais e Temáticos de Adaptação



Contexto setorial / temático	Principais riscos e vulnerabilidades	Adaptação	Gestão do plano
<p>A importância da adaptação para o setor/tema</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Por que precisamos adaptar?</li></ul> <p>O arranjo institucional do setor/tema</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Como estamos organizados?</li></ul> <p>Instrumentos existentes</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Principais marcos legais, políticas, planos, programas e iniciativas existentes</li></ul>	<p>Síntese dos riscos prioritários</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Como somos e seremos afetados?</li><li>• Tendências climáticas e fatores de exposição e vulnerabilidade</li></ul> <p>Descrição dos riscos prioritários</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• O que sabemos sobre os riscos?</li></ul>	<p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Onde queremos chegar?</li><li>• Definição dos objetivos setoriais e temáticos que reduzem os riscos e se conectam com os objetivos nacionais</li></ul> <p>Metas e ações</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Marcos de alcance dos objetivos</li><li>• Relação com o PPA, Adaptação Baseada em Ecossistemas, relações com outros setores e justiça climática</li></ul>	<p>Elaboração do plano</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Como o plano foi desenvolvido?</li><li>• Processos participativos</li></ul> <p>Gestão e implementação do plano:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Responsabilidades</li><li>• Monitoramento, avaliação e transparência</li></ul> <p>Considerações finais</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Aprendizados, boas práticas, lacunas, barreiras e recomendações</li></ul>

# Plano Setorial da Agricultura e Pecuária



## Objetivos setoriais

1. Prover políticas públicas para aumentar a capacidade adaptativa da produção agropecuária à mudança do clima.
2. Adaptar os sistemas agropecuários e assegurar o desempenho produtivo, tornando-os resilientes e sustentáveis.
3. Promover a conservação e o uso sustentável de recursos genéticos para adaptar os agroecossistemas à mudança do clima.

**8 metas e 18 ações**



Estimular a adoção e a manutenção de sistemas, práticas, produtos e processos de produção sustentáveis, considerando a Abordagem Integrada da Paisagem na propriedade rural.



# Plano Setorial da Agricultura Familiar



## Objetivos setoriais

1. Ampliar o acesso à terra, infraestrutura e recursos produtivos para garantir a adaptação climática da agricultura familiar.
2. Fortalecer sistemas agroecológicos e a proteção da agrosociobiodiversidade, com acesso a crédito e mercados para resiliência climática.
3. Expandir o conhecimento, as inovações e as tecnologias para a adaptação climática de agricultores familiares e seus territórios.

**87 metas e 96 ações**



**PLANO CLIMA**  
Adaptação

Garantir acesso à terra para famílias da reforma agrária, priorizando mulheres, jovens, povos indígenas, comunidades quilombolas e outros grupos vulneráveis, com práticas produtivas sustentáveis e agroecológicas.



Facilitar o acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) voltado à adaptação climática para investimentos como irrigação com energia solar, infraestrutura hídrica, sistemas agroecológicos, tecnologias sustentáveis e produção resiliente.

# Plano Temático de Biodiversidade



## Objetivos temáticos

1. Assegurar ações de gestão urgentes para deter a extinção de espécies ameaçadas e declínios populacionais.
2. Assegurar ações de gestão para reduzir a perda de resiliência dos ecossistemas, mantendo e fortalecendo a provisão dos serviços ecossistêmicos associados.
3. Incrementar a conectividade da paisagem, para possibilitar a adaptação da biodiversidade à mudança do clima.

**6 metas e 31 ações**



Estabelecer Planos de Manejo Integrado do Fogo nas áreas de atuação do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo).

Restaurar 2 milhões de hectares de terras degradadas na Caatinga.

Implementar ações de conservação *ex situ* para espécies da flora ameaçadas de extinção, raras e endêmicas para a recuperação das populações e a inclusão em projetos de enriquecimento e de restauração de ecossistemas.



Instituir o Plano Nacional de Refaunação, priorizando espécies polinizadoras e dispersoras de sementes, em áreas-chave para adaptação da biodiversidade, priorizando áreas de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultura familiar.

Promover a restauração de áreas importantes para a conectividade e áreas potenciais para refúgios climáticos, incluindo planos de recuperação para tais áreas.

# Plano Setorial de Cidades



## Objetivos setoriais

1. Aprimorar e difundir informações e fomentar pesquisa sobre adaptação das cidades à mudança do clima para subsídio à produção de cidades mais resilientes.
2. Aprimorar a gestão, a governança e o planejamento das cidades para a adaptação à mudança do clima.
3. Adaptar as infraestruturas e os serviços das cidades e nas comunidades à mudança do clima, por meio de soluções sustentáveis e resilientes, promovendo a justiça climática.

**8 metas e 61 ações específicas organizadas em 19 ações estratégicas**



Ampliar e integrar dados e informações sobre a mudança do clima nas cidades, assegurando que as distintas realidades territoriais sejam consideradas, do intraurbano ao supramunicipal, inclusive por meio da disagregação de dados sobre comunidades vulnerabilizadas.

Apoiar ações de prevenção a desastres climáticos, priorizando territórios vulnerabilizados, soluções baseadas na natureza e práticas locais, observando as especificidades de cada grupo social e o envolvimento comunitário.

Prover infraestrutura adequada às áreas de favelas e comunidades urbanas como forma de adaptação aos possíveis impactos da mudança do clima, garantindo o protagonismo social em todo o processo.



Incentivar o uso de soluções baseadas na natureza e adaptação baseada em ecossistemas, tecnologias sociais e outras soluções sustentáveis e inovadoras nos projetos de infraestrutura urbana, com envolvimento comunitário e priorizando territórios vulnerabilizados.

# Plano Setorial de Energia



## Objetivos setoriais

1. Garantir a oferta e o acesso de energia elétrica frente às ameaças climáticas, promovendo o combate à pobreza energética.
2. Assegurar a oferta de combustíveis, em especial os biocombustíveis e os combustíveis de baixa intensidade de carbono, frente às ameaças climáticas.
3. Implementar e fortalecer a resiliência da infraestrutura no setor de energia.

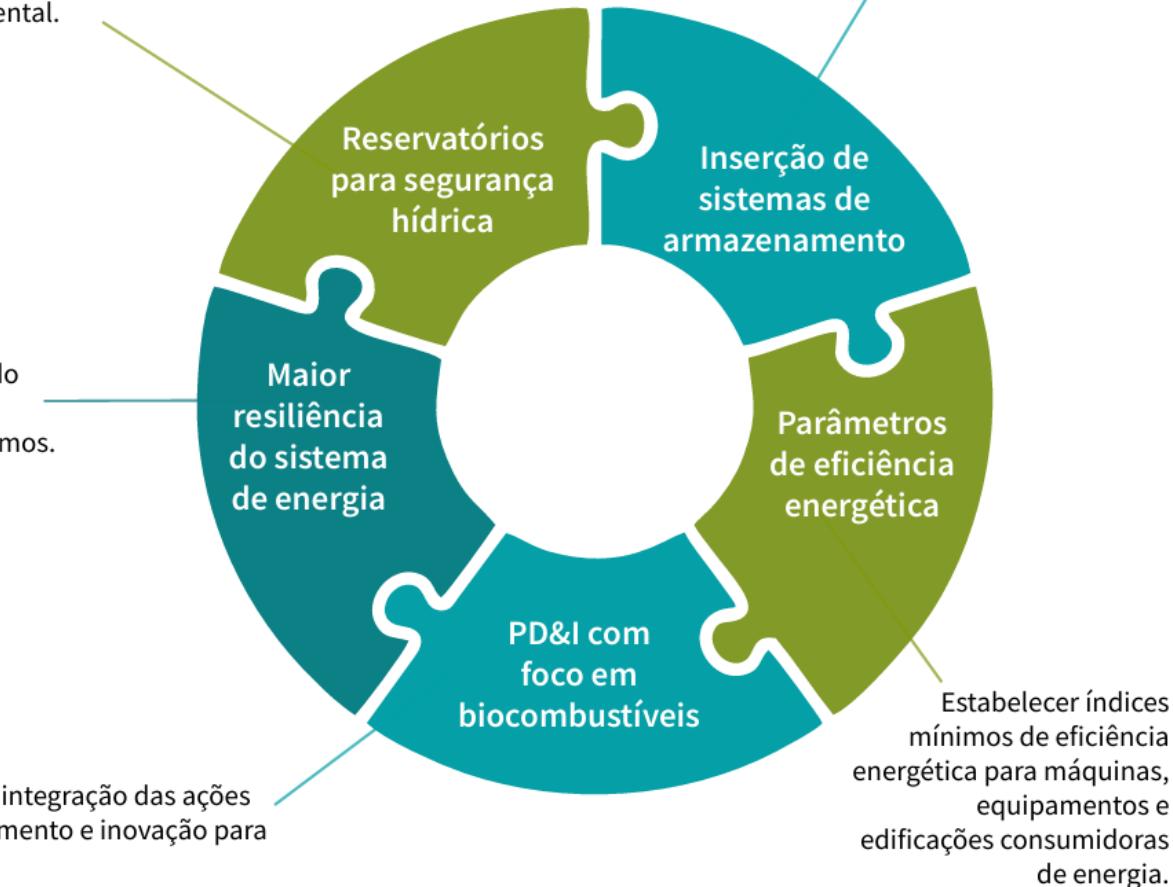
16 metas e 38 ações



Elaborar estudos para identificação de potenciais reservatórios de regularização que possuam benefícios para a segurança hídrica e para o atendimento aos usos múltiplos da água, inclusive para o setor elétrico, priorizando novos reservatórios para estudos de viabilidade técnica, econômica e socioambiental.

Realizar estudos sobre o aumento da resiliência do sistema elétrico frente a eventos climáticos extremos.

Promover e monitorar a integração das ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação para biocombustíveis.



# Plano Temático de Igualdade Racial e Combate ao Racismo



## Objetivos temáticos

1. Fomentar a produção de dados ambientais racializados para subsidiar a elaboração, a implementação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas.
2. Combater e superar o Racismo Ambiental para a redução das desigualdades e promoção da justiça climática.
3. Efetivar os Direitos territoriais, ambientais, sociais, econômicos e culturais dos Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros, Ciganos e População Negra, reduzindo vulnerabilidades socioambientais e aumentando a resiliência aos eventos climáticos extremos.

**7 metas e 23 ações**



Formar os gestores e conselheiros do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) em parceria com o MMA.



Elaborar planos locais de etnodesenvolvimento e planos locais de gestão territorial e ambiental, baseados na relação das comunidades com seus territórios, tendo em vista os modos de vida comunitários e o uso sustentável dos bens naturais.

Desenvolver uma plataforma web de visualização de dados de ODS Racial, até 2026, com o enfoque na questão racial dispostas na Agenda 2030 dos ODS.

Instituir Portaria Interministerial do Comitê de Enfrentamento ao Racismo Ambiental, até 2025.



# Plano Setorial de Indústria e Mineração

## Objetivos setoriais

1. Promover a implementação de ações preventivas e resilientes no setor industrial brasileiro para fortalecer a capacidade adaptativa das infraestruturas industriais, das atividades produtivas e das comunidades em seus entornos, contemplando também a substituição progressiva de insumos e processos industriais de alta emissão por soluções de baixo carbono, como o hidrogênio verde.
2. Garantir o fluxo de fornecimento de insumos, energia, água e matérias-primas, em quantidade e qualidade, à indústria nacional, estimulando a diversificação, uso eficiente e a priorização de cadeias de suprimento nacionais.
3. Reduzir os riscos associados as condições de trabalho do setor industrial e aumentar a segurança do ambiente de trabalho.

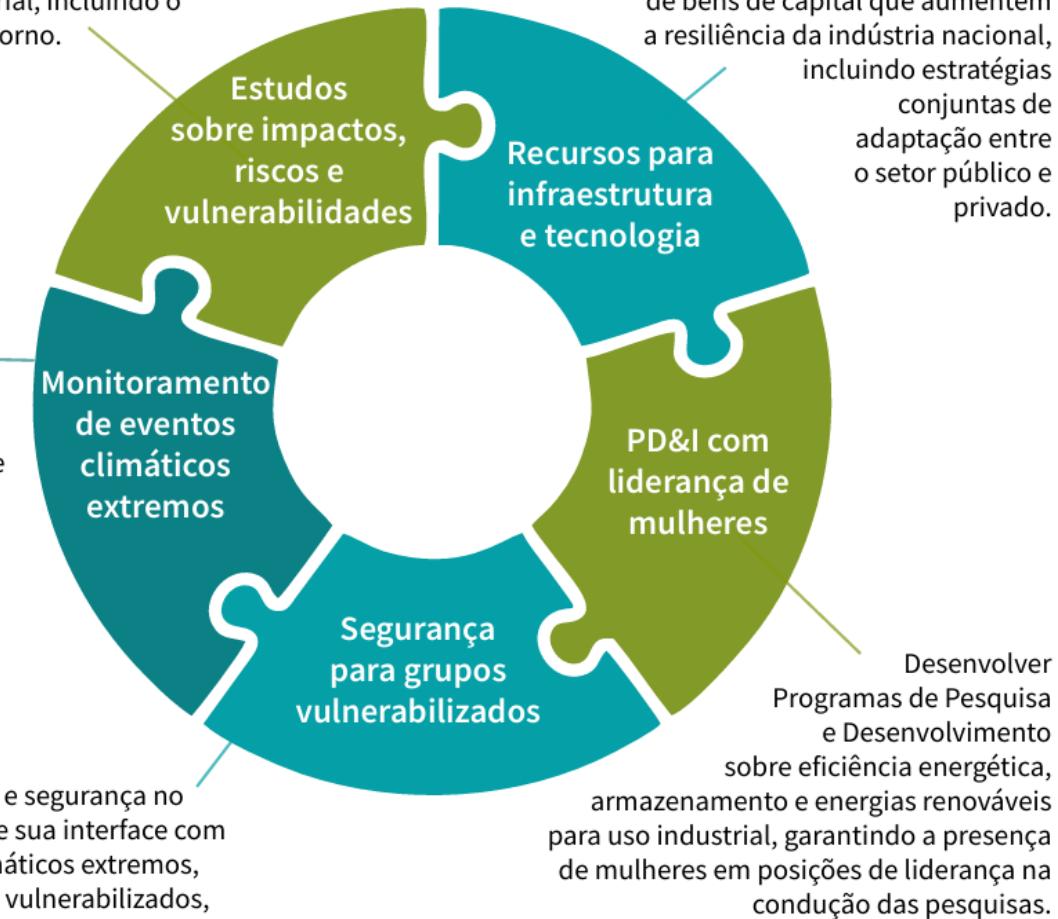
**7 metas e 23 ações**



Realizar estudos e análises sobre os impactos, riscos e as vulnerabilidades climáticas de cada subsetor industrial sob a perspectiva territorial, incluindo o risco sobre as comunidades do entorno.

Investir em tecnologias avançadas de monitoramento de eventos climáticos extremos e de mortes e doenças decorrentes desses eventos, especificamente em relação àqueles em que a indústria e a mineração estão mais expostas.

Fomentar pesquisas sobre a saúde e segurança no trabalho da indústria e mineração e sua interface com a mudança do clima e eventos climáticos extremos, priorizando grupos historicamente vulnerabilizados, especialmente pessoas negras, indígenas e mulheres.



# Plano Temático de Oceano e Zona Costeira



## Objetivos temáticos

1. Ampliar a proteção de ecossistemas costeiros e marinhos para garantir a conservação da sua biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos associados.
2. Garantir os modos de vida dos Povos e Comunidades Tradicionais na Zona Costeira e Marinha frente à mudança do clima.
3. Fortalecer a resiliência da Zona Costeira frente aos eventos extremos e à mudança do clima, em conexão com as bacias hidrográficas.
4. Fortalecer a implementação dos instrumentos de gestão ambiental e territorial que orientam as atividades econômicas ligadas ao oceano e às zonas costeiras, considerando a lente climática.

**20 metas e 23 ações**



Criar e ampliar Unidades de Conservação costeiras e marinhas e reconhecer mosaicos de áreas protegidas, garantindo 30% de extensão de áreas marinhas protegidas na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) até 2030.

Implementar o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Manguezais do Brasil (ProManguezal) até 2030.

Implementar a Estratégia Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável dos Recifes de Coral (ProCoral) até 2030.



# Plano Temático de Povos e Comunidades Tradicionais



## Objetivos temáticos

1. Garantir as condições de permanência dos Povos e Comunidades Tradicionais nos territórios tradicionalmente ocupados, resguardando os meios de reprodução dos seus modos de vida, com atenção especial para diversidade de gênero.
2. Garantir acesso à saúde de forma preventiva e emergencial aos Povos e Comunidades Tradicionais em seus territórios.
3. Garantir a autonomia econômica e a segurança hídrica e alimentar dos Povos e Comunidades Tradicionais frente aos impactos dos eventos climáticos extremos, com atenção especial para diversidade de gênero.

9 metas e 40 ações



# Plano Temático de Povos Indígenas



## Objetivos temáticos

1. Fortalecer o bem-viver indígena e a saúde coletiva dos povos.
2. Aprimorar a resiliência e a segurança hídrica, alimentar e nutricional.
3. Proteger o patrimônio territorial, cultural e os modos de vida tradicionais.
4. Aumentar a resiliência da infraestrutura e dos serviços essenciais.

17 metas e 67 ações



Concluir e aprovar 40 Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação de territórios indígenas.

Constituir novas brigadas federais em terras indígenas.

Fortalecer a capacidade das comunidades, sobretudo de mulheres, crianças, adolescentes e jovens indígenas, de gerir os seus territórios face à crise climática e autonomizar a execução dos Planos Indígenas de Enfrentamento às Mudanças do Clima.



# Plano Temático de Recursos Hídricos



## Objetivos temáticos

1. Tornar o SINGREH e os setores usuários mais preparados para a mudança do clima, com vistas a promoção da justiça climática e à igualdade de gênero.
2. Aprimorar informações, monitoramento e ferramentas de avaliação para a gestão hídrica.
3. Ampliar a segurança hídrica por meio da revitalização de bacias hidrográficas e do acesso a água em quantidade e qualidade.

## 6 metas e 43 ações

Inserir a dimensão da mudança do clima na implementação e atualização da metodologia da cobrança da água em bacias hidrográficas críticas com vistas a expandir o instrumento e ampliar o uso dos recursos em ações de adaptação.

Ampliar a rede de monitoramento de aquíferos em bacias hidrográficas prioritárias do ponto de vista de demanda, criticidade e vulnerabilidade ambiental.

Fomentar tecnologias sociais de conservação de água em microbacias, a exemplo das Barragens de Base Zero, a partir de linhas de financiamento, implementação das tecnologias, parcerias locais, manuais, capacitações, entre outras.





# Plano Setorial de Redução e Gestão de Riscos e de Desastres

## Objetivos setoriais

1. Reduzir os riscos de desastres, considerando as tipologias e áreas prioritárias no país, por meio da promoção de ações não estruturantes (medidas e instrumentos) e estruturantes (obras e estruturas) de prevenção, mitigação e preparação, no contexto da mudança do clima.
2. Reduzir os danos e prejuízos por desastres, considerando as tipologias e áreas prioritárias no país, por meio da promoção de ações não estruturantes (medidas e instrumentos) e estruturantes (obras e estruturas) de resposta e de recuperação, no contexto da mudança do clima.
3. Fortalecer a governança e as capacidades institucionais e sociais para promover ações articuladas e integradas com os setores, os órgãos e as entidades envolvidos na redução e gestão de riscos e desastres.

10 metas e 89 ações



**PLANO CLIMA**  
Adaptação

Desenvolver, implementar e coordenar o Sistema Nacional de Informações e Monitoramento de Desastres.



Elaborar e atualizar protocolos conjuntos de monitoramento e envio de alertas, por tipologia ou grupo de riscos, de modo a unificar esses procedimentos, promovendo o alcance a toda a população em risco, considerando as mais vulneráveis.

Elaborar protocolo que envolva as instituições do Sistema Federal sobre a comunicação de situações de muito alto risco de desastres.

Elaborar protocolo de atuação conjunta de resposta dos órgãos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil o qual organiza o enfrentamento a desastres em todo território brasileiro.

Atualizar o protocolo de atuação dos órgãos federais envolvidos na gestão de risco de desastres: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (SGB), Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD) e Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN).



# Plano Setorial de Saúde

## Objetivos setoriais

1. Aperfeiçoar a capacidade de Vigilância em Saúde, incluindo a vigilância popular em saúde, para o monitoramento, a avaliação, o alerta precoce e a intervenção, visando à redução da morbidade e mortalidade relacionada à mudança do clima.
2. Aprimorar a capacidade de Atenção à Saúde para garantir o atendimento dos serviços de saúde, incluindo a preparação de infraestruturas e equipes resilientes para lidar com os efeitos negativos da mudança do clima.
3. Ampliar estratégias de Promoção e Educação em Saúde para aumentar a conscientização sobre os impactos da mudança do clima e reduzir seus efeitos negativos.
4. Reforçar a adoção de estratégias de Ciência, Tecnologia, Inovação e Produção para adaptação do SUS à mudança do clima.

**27 metas e 93 ações**

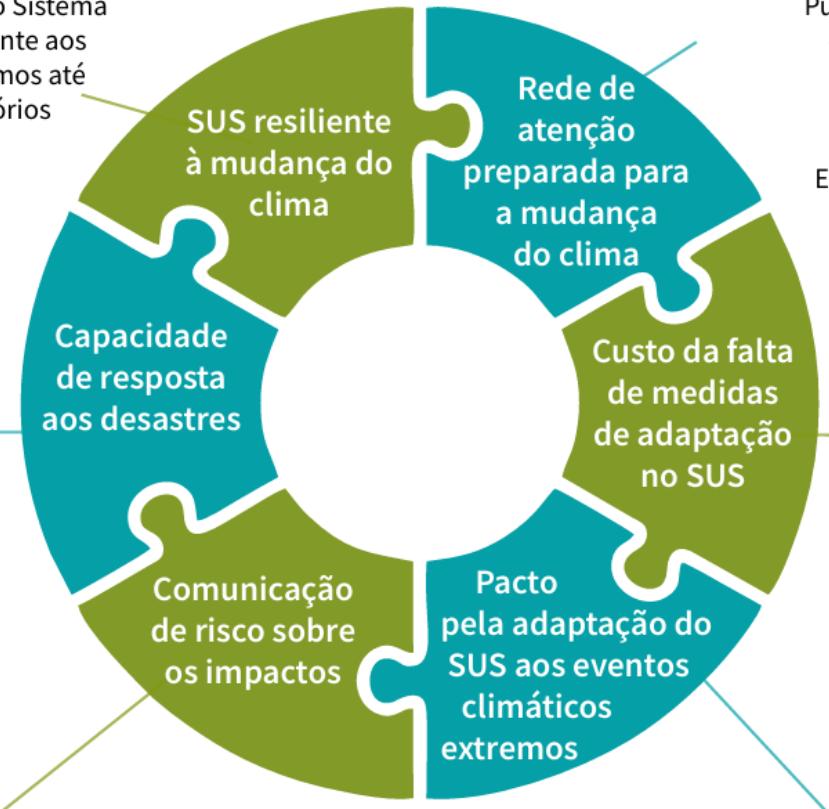


**PLANO CLIMA**  
Adaptação

Assegurar a resiliência do Sistema Único de Saúde (SUS) frente aos eventos climáticos extremos até 2031 em 100% dos territórios mais vulneráveis à mudança do clima.

Apoiar 100% dos municípios prioritários para ampliar suas capacidades de preparação, vigilância e resposta às emergências em saúde pública por desastres.

Aprimorar a capacidade e promover treinamentos em comunicação de risco sobre os impactos da mudança do clima em 100% das secretarias de saúde e Distritos Sanitários Especiais Indígenas dos estados e municípios prioritários para emergência climática até 2035.



Publicar diretrizes nacionais para orientar a organização da Rede de Atenção à Saúde frente à mudança do clima até 2027, incluindo a Rede de Urgência e Emergência, o Programa Melhor em Casa, dentre outros.

Gerar estimativas sobre o custo da ausência de medidas de adaptação para o SUS e estimativas sobre o impacto de medidas de adaptação até 2035.

Articular a pactuação setorial e interfederativa para avaliar impactos, vulnerabilidades e adaptação às mudanças climáticas no SUS com a inclusão de indicadores climáticos nas políticas e nos instrumentos de avaliação da qualidade dos serviços da rede de atenção, além da classificação de risco a eventos climáticos extremos e certificação de boas-práticas da rede de atenção.

# Plano Setorial de Segurança Alimentar e Nutricional



## Objetivos setoriais

1. Fortalecer a rede de proteção social nas comunidades urbanas e rurais mais sensíveis aos impactos negativos das intempéries climáticas, ampliando a capacidade de resiliência das famílias vulnerabilizadas.
2. Ampliar a disponibilidade e o acesso a alimentos saudáveis em territórios mais expostos à mudança do clima.
3. Fortalecer a rede de equipamentos públicos e sociais de segurança alimentar e nutricional nos territórios mais expostos a eventos climáticos extremos.
4. Promover o acesso à água para consumo humano e animal e produção de alimentos para populações mais vulneráveis e localizadas em territórios mais expostos aos efeitos da mudança do clima.
5. Apoiar o desenvolvimento de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis por meio da promoção e disseminação do conhecimento técnico e científico e de sua apropriação pelos setores mais vulnerabilizados pela mudança do clima.

34 metas e 60 ações



Aprimorar os mecanismos de concessão e entrega de benefícios eventuais nos municípios às populações afetadas por situação de calamidades públicas e emergências.



Ampliar o atendimento do Programa Fomento Rural em consonância com os planos estaduais de adaptação.

Implementar tecnologias sociais e outros sistemas eficientes de captação e armazenamento de água ou irrigação de baixo consumo para a produção de alimentos.

Apoiar municípios prioritários na elaboração de ações de segurança alimentar e nutricional a serem incluídas nos planos de ação de adaptação climática locais.

Implementar tecnologias sociais e outros sistemas individuais e coletivos eficientes de captação, armazenamento e distribuição de água para consumo.

# Plano Setorial de Transportes



## Objetivos setoriais

1. Promover a resiliência climática das infraestruturas e operações da Aviação Civil, por meio da modernização tecnológica, fortalecimento da capacidade de fiscalização ambiental e prevenção de incêndios florestais, e implantação de sistemas avançados de vigilância e previsão meteorológica, com foco na segurança, bem-estar humano e justiça climática.
2. Promover a resiliência climática do setor portuário e aquaviário por meio do aprimoramento da gestão de riscos, da ampliação das capacidades de prevenção e resposta a desastres e da adaptação à mudança do clima, incluindo a implementação de sistemas de previsão de eventos extremos, inovação tecnológica, emissão de alertas, e uma maior eficiência logística a partir da integração com os demais modais de transporte (aeroportuário, ferroviário, hidroviário e de navegação de cabotagem).
3. Garantir a sustentabilidade e a resiliência da infraestrutura e operação de transporte rodoviário, por meio da implementação de medidas de adaptação climática e da realização de intervenções em áreas de risco.
4. Aumentar a resiliência do setor ferroviário por meio da implementação de medidas estruturais, aprimoramento do arcabouço legal e ampliação das capacidades do setor de prevenção, gestão de riscos e adaptação à mudança do clima, garantindo a operação, proteção da infraestrutura e da faixa de domínio frente aos riscos climáticos.



**PLANO CLIMA**  
Adaptação

## 33 metas e 58 ações

Promover e coordenar ações para reativar ou manter serviços aéreos para localidades prejudicadas por eventos climáticos severos, com participação social na gestão da crise por grupos vulnerabilizados locais.

Serviço aéreo disponível para localidades atingidas

Execução de obras rodoviárias resilientes

Prover os recursos financeiros necessários e garantir a disponibilidade de um corpo técnico capacitado para a implementação das medidas de adaptação nas áreas de risco.

Publicar portaria com o normativo que promova destinação de recursos para infraestrutura resiliente.

Infraestrutura ferroviária resiliente

Medidas de adaptação para portos

Restabelecer infraestruturas hidroviárias prejudicadas por eventos climáticos extremos em tempo razoável após a estabilização de uso do território, durante todo o prazo do Plano.

Celeridade no restabelecimento de infraestruturas hidroviárias

Implementar medidas de caráter estrutural ou infraestrutural para redução do risco climático e adaptação dos portos.

# Plano Setorial de Turismo



## Objetivos setoriais

1. Promover o desenvolvimento sustentável e a resiliência dos destinos turísticos, por meio da implementação de práticas de adaptação climática que fortaleçam o ecossistema local e estimulem a sensibilização ambiental, bem como a conservação e a preservação dos ambientes, gerando benefícios para turistas e comunidades locais.
2. Promover a resiliência climática e a segurança em destinos turísticos brasileiros, por meio de soluções integradas de adaptação, visando a um turismo sustentável e seguro frente aos desafios climáticos.
3. Valorizar e contribuir para a proteção dos modos de vida, conhecimentos tradicionais e culturas das comunidades turísticas dependentes ou vinculadas ao patrimônio natural e cultural, com enfoque na promoção da justiça climática.

17 metas e 47 ações



Elaborar protocolo de resposta a crises para ampliar os planos de contingência, com ações específicas ao setor de turismo, na proteção e remoção de profissionais e turistas, em desastres causados por eventos climáticos extremos.

Implementar programa nacional de turismo de base comunitária, focado na valorização e conservação dos modos de vida e cultura de povos e comunidades tradicionais.

Implementar programa nacional para financiamento de infraestruturas resilientes, focado na Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE), em regiões turísticas vulneráveis a eventos climáticos extremos.





# PLANO CLIMA

Mitigação

# Plano Clima Mitigação

## Elementos e estrutura



# Estratégia Nacional de Mitigação

## Diretrizes Nacionais



**1)** Alinhamento dos compromissos climáticos nacionais com a NDC brasileira e demais acordos internacionais, visando emissões líquidas zero até 2050.



**2)** Ação climática baseada em evidências científicas.



**3)** Abordagem integrada intersetorial.



**4)** Transição justa e inclusiva.



**5)** Articulação de ações incrementais e transformacionais.



**6)** Desenvolvimento, expansão, aperfeiçoamento e articulação de meios de implementação.



**7)** Participação social ampla na formulação, implementação, monitoramento, e avaliação da ENM.



**8)** Integração das transições climática e digital para visão do futuro.



**9)** Integração com a Estratégia Nacional de Adaptação.



**10)** Articulação dos Planos Setoriais de Mitigação com outras políticas públicas.

# Estratégia Nacional de Mitigação

## Objetivos Nacionais



#1

Garantir a **integridade dos biomas nacionais** por meio da conservação, restauração e uso sustentável dos seus ecossistemas.



#5

Incentivar a **substituição de combustíveis fósseis**, promovendo o desenvolvimento e uso eficiente de biocombustíveis sustentáveis e soluções de eletrificação.



#9

Gerar **empregos, renda e inclusão produtiva** em atividades econômicas relacionadas à descarbonização da economia e ao desenvolvimento sustentável, promovendo uma transição socioeconômica justa, inclusiva e sustentável.



#2

Fomentar a ampla adoção de **modelos de produção agrícola e pecuária sustentáveis e de baixa emissão de GEE**, garantindo a segurança alimentar de todos.



#6

Promover a **circularidade** por meio do uso sustentável e eficiente de recursos naturais ao longo das cadeias produtivas.



#10

Transformar as vantagens comparativas brasileiras em **vantagens competitivas**, tornando o país um provedor de bens, serviços e soluções climáticas para um mundo em transição para modelos de desenvolvimento de baixo carbono.



#3

Expandir a **produção sustentável de biocombustíveis, promover a inovação tecnológica e desenvolver cadeias de valor** relacionadas à bioenergia.



#7

Alavancar **soluções inovadoras e de baixo carbono na produção industrial nacional** e desenvolver tecnologias de captura, uso e armazenamento de carbono na produção industrial, bioenergética e nos setores de produção de combustíveis fósseis.



#11

Empreender ações específicas para **mitigação de poluentes não-CO<sub>2</sub>** de alto impacto no aquecimento global.



#4

Ampliar a participação das **tecnologias e fontes limpas e renováveis na matriz energética nacional**, garantindo a segurança e acessibilidade energética de todos.



#8

Capacitar e incentivar entes subnacionais a adotarem um **desenvolvimento urbano integrado e sustentável**, bem como estratégias de enfrentamento à mudança do clima.



#12

Priorizar medidas de mitigação com potencial de **geração de cobenefícios para adaptação e resiliência** à mudança do clima e para o desenvolvimento sustentável.

# Estratégia Nacional de Mitigação

## Metas Nacionais e Setoriais



Meta	Horizonte	Abrangência
Limitar emissões líquidas nacionais de GEE em 2025 a 1,32 Gt CO <sub>2</sub> e	2025	Todos os setores e GEE
Limitar emissões líquidas nacionais de GEE em 2030 a 1,2 Gt CO <sub>2</sub> e	2030	Todos os setores e GEE
Limitar emissões líquidas nacionais de GEE em 2035 à banda entre 0,85 e 1,05 Gt CO <sub>2</sub> e	2035	Todos os setores e GEE
Zerar emissões líquidas de GEE	2050	Todos os setores e GEE

Plano setorial	Total em 2022 (MtCO <sub>2</sub> e)	Meta 2030 (MtCO <sub>2</sub> e)	Variação 2030/2022 (%)	Meta 2035 (MtCO <sub>2</sub> e)		Variação 2035/2022 (%)	
				Inferior	Superior	Inferior	Superior
Mudanças do Uso da Terra em Áreas Públicas e Territórios Coletivos	448	-181	-140%	-250	-248	-156%	-155%
Mudanças do Uso da Terra em Áreas Rurais Privadas	352	106	-70%	-34	-30	-110%	-109%
Agricultura e Pecuária	643	649	1%	599	653	-7%	2%
Indústria	179	198	11%	203	240	13%	34%
Energia	80	106	33%	81	115	1%	44%
Transportes	116	126	9%	107	134	-8%	16%
Cidades	136	121	-11%	75	111	-45%	-18%
Resíduos Sólidos e Efluentes Domésticos	85	75	-12%	69	75	-19%	-12%
<b>Total</b>	<b>2.039</b>	<b>1.200</b>	<b>- 41%</b>	<b>850</b>	<b>1050</b>	<b>- 58%</b>	<b>- 49%</b>

**METAS NACIONAIS**

desagregadas em

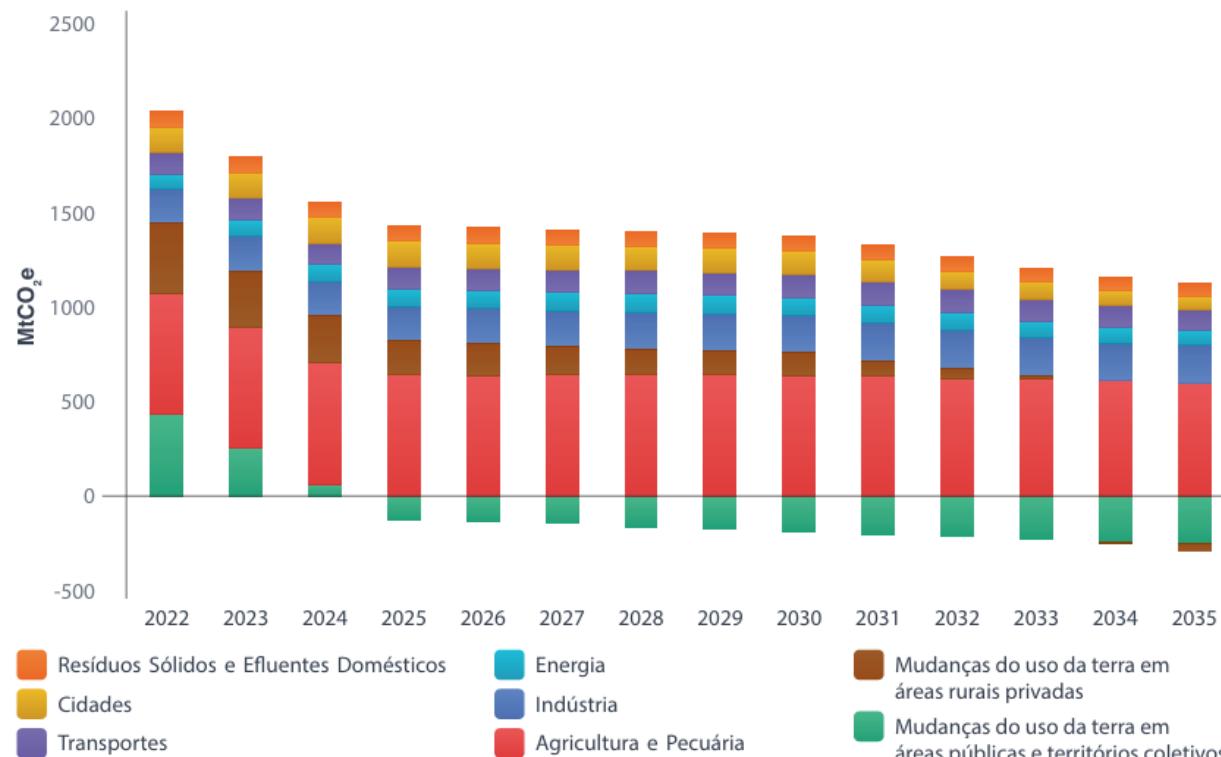
**METAS SETORIAIS PARA  
2030 E 2035 POR PSM**

# Estratégia Nacional de Mitigação

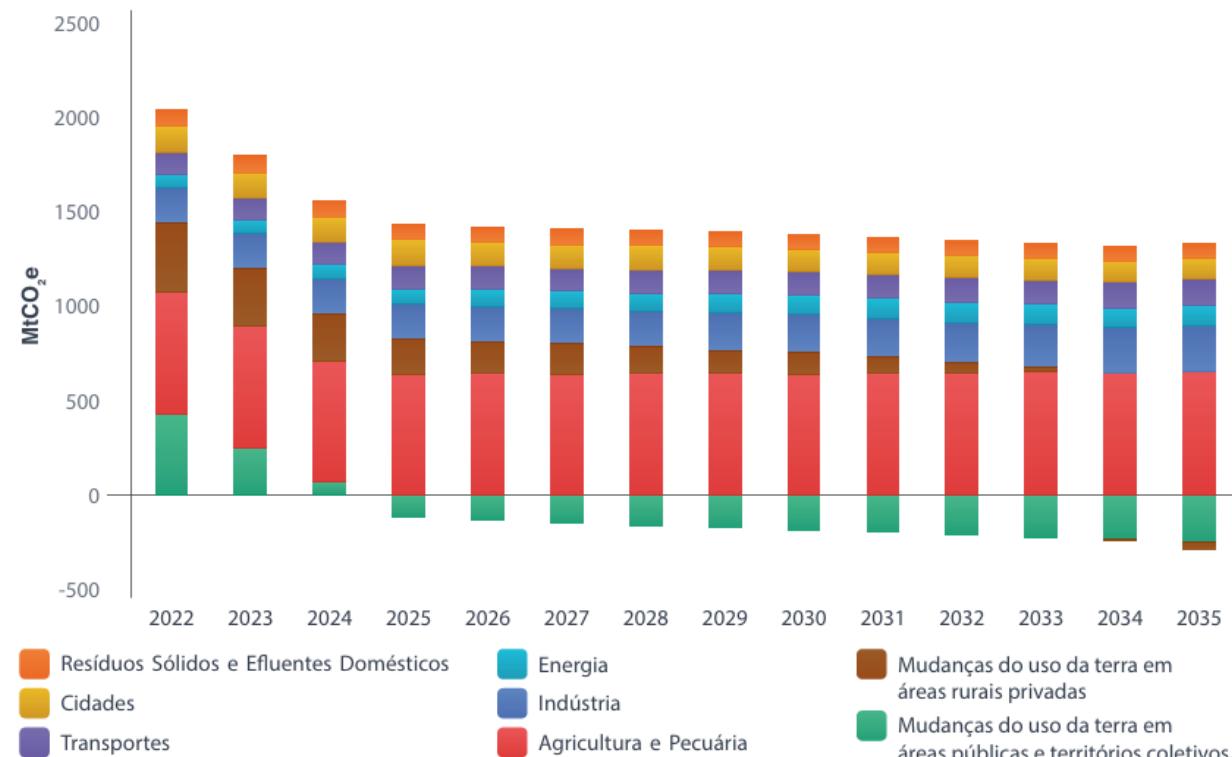
## Metas Nacionais e Setoriais



**Trajetória de emissões líquidas em Mt CO<sub>2</sub> e (GWP-100, AR5) por Planos Setoriais até 2035 (banda inferior - 0,85 GtCO<sub>2</sub> e).**



**Trajetória de emissões líquidas em Mt CO<sub>2</sub> e (GWP-100, AR5) por Planos Setoriais até 2035 (banda superior - 1,05 GtCO<sub>2</sub> e)**

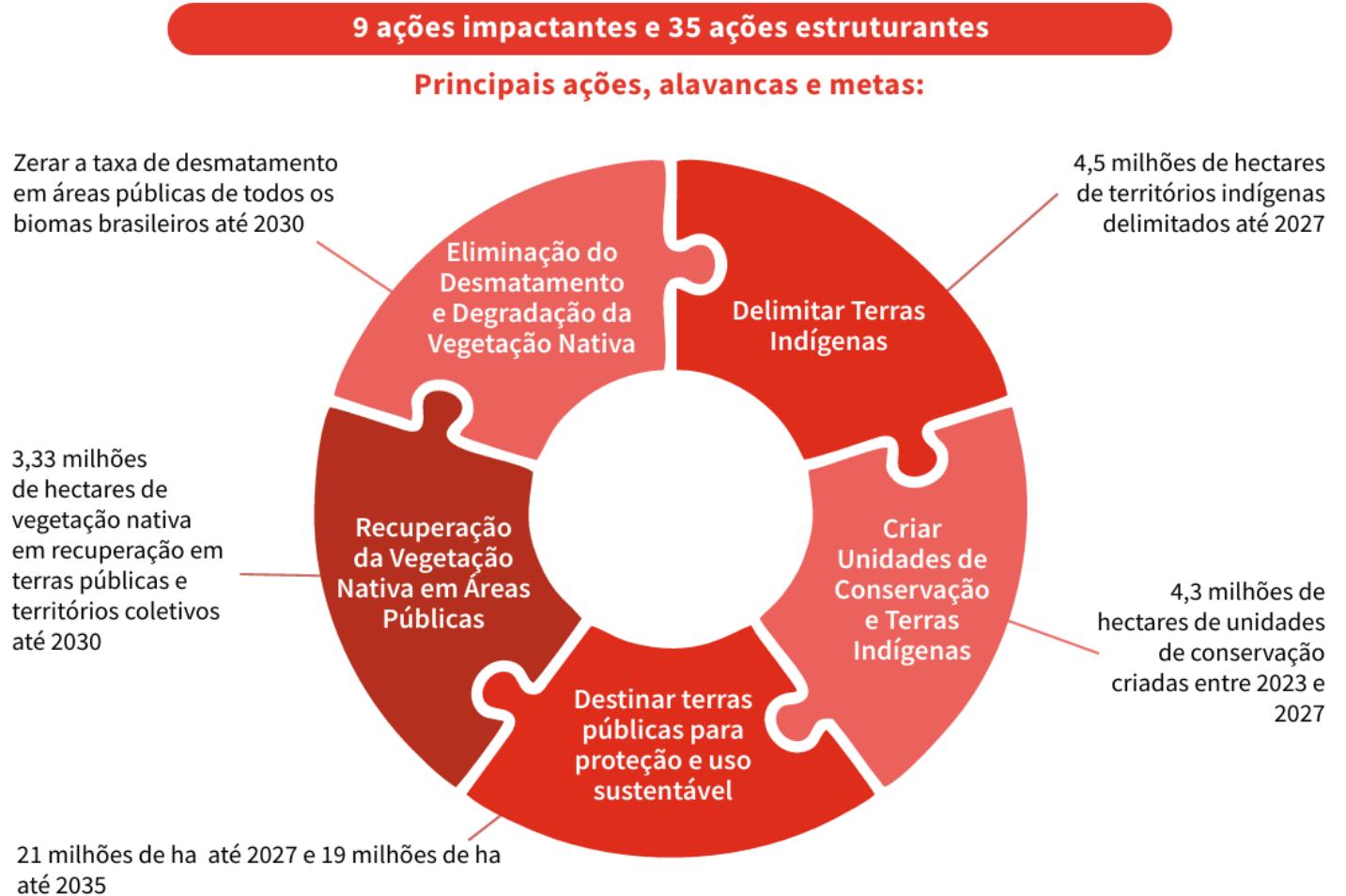
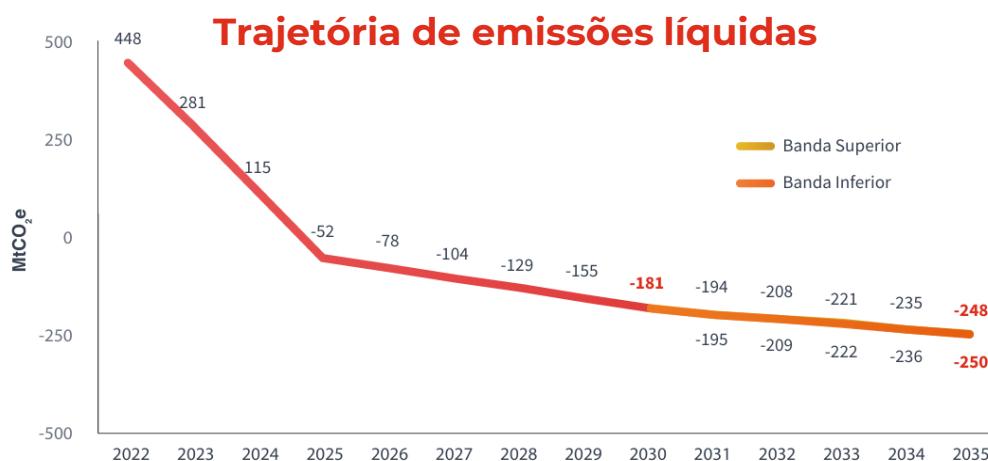


# Plano Setorial de Mudanças do Uso da Terra em Áreas Públicas e Territórios Coletivos



## Desagregação das Metas Setoriais

MUDANÇAS DO USO DA TERRA EM ÁREAS PÚBLICAS E TERRITÓRIOS COLETIVOS	Total em 2022 (MtCO <sub>2</sub> e)	Meta 2030 (MtCO <sub>2</sub> e)	Variação 2030/2022 (%)	META 2035 (MtCO <sub>2</sub> e)		VARIAÇÃO 2035/2022 (%)	
				Inferior	Superior	Inferior	Superior
Supressão de vegetação nativa e conversão de uso e cobertura da terra	710	107	- 85%	46	48	- 94%	- 93%
Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Assentamentos da reforma agrária	294	107	- 85%	46	48	- 94%	- 93%
Glebas públicas - áreas públicas não destinadas	143						
Vazios de informação	273						
Manutenção da vegetação primária e recuperação da vegetação secundária, recuperação de pastagens e florestas comerciais <sup>3</sup>	- 262	- 288	- 10%	- 296	- 296	- 13%	- 13%
Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Assentamentos da Reforma Agrária	- 233	- 288	- 10%	- 296	- 296	- 13%	- 13%
Glebas públicas - áreas públicas não destinadas	- 6						
Vazios de informação	- 23						
<b>Total</b>	<b>448</b>	<b>- 181</b>	<b>- 140%</b>	<b>- 250</b>	<b>- 248</b>	<b>- 156%</b>	<b>- 155%</b>

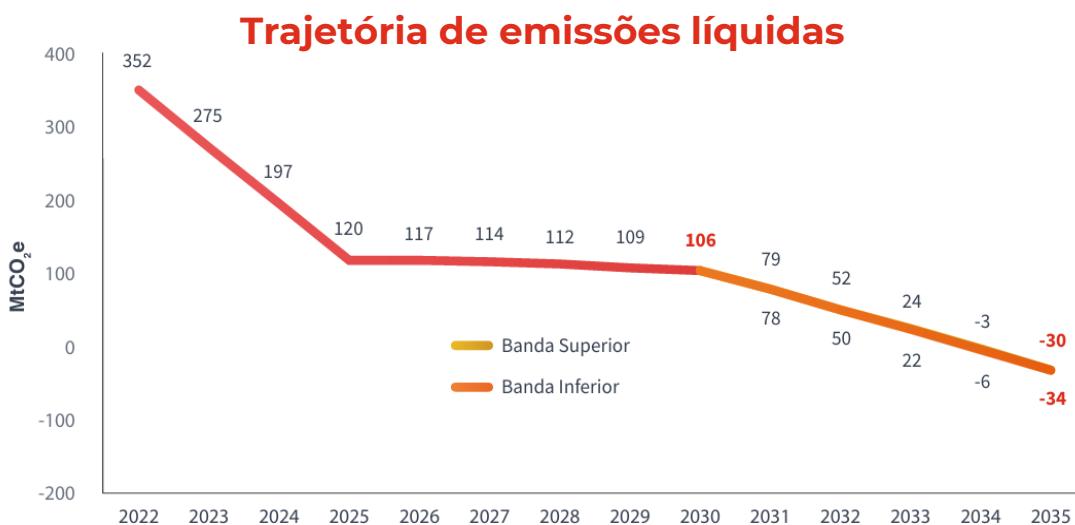


# Plano Setorial de Mudanças do Uso da Terra em Áreas Rurais Privadas



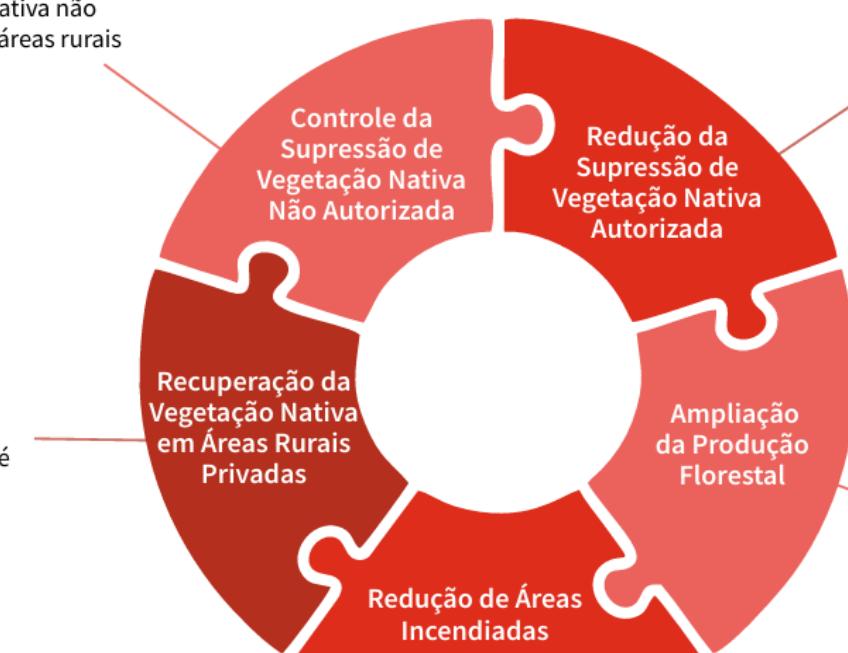
## Desagregação das Metas Setoriais

MUDANÇA DO USO DA TERRA EM ÁREAS RURAIS PRIVADAS	Total em 2022 (MtCO <sub>2</sub> e)	Meta 2030 (MtCO <sub>2</sub> e)	Variação 2030/2022 (%)	META 2035 (MtCO <sub>2</sub> e)		VARIAÇÃO 2035/2022 (%)	
				Inferior	Superior	Inferior	Superior
Supressão de vegetação nativa e conversão de uso e cobertura da terra	459	326	- 29%	201	205	- 56%	- 55%
Manutenção da vegetação primária, recuperação da vegetação secundária, recuperação de pastagens, florestas comerciais e produtos florestais madeireiros <sup>4</sup>	- 107	- 220	- 106%	- 235	- 235	- 119%	- 119%
<b>Total</b>	<b>352</b>	<b>106</b>	<b>- 70%</b>	<b>- 34</b>	<b>- 30</b>	<b>- 110%</b>	<b>- 109%</b>



9 ações impactantes e 19 ações estruturantes

### Principais ações, alavancas e metas:



Zerar a taxa de supressão de vegetação nativa não autorizada em áreas rurais privadas

Reducir a taxa de supressão de vegetação nativa autorizada em 50% em 2030 e 75% até 2035 em relação a 2022

12,5 milhões de hectares em recuperação até 2035

Aumentar em 4,25 milhões de hectares a área de florestas plantadas até 2035

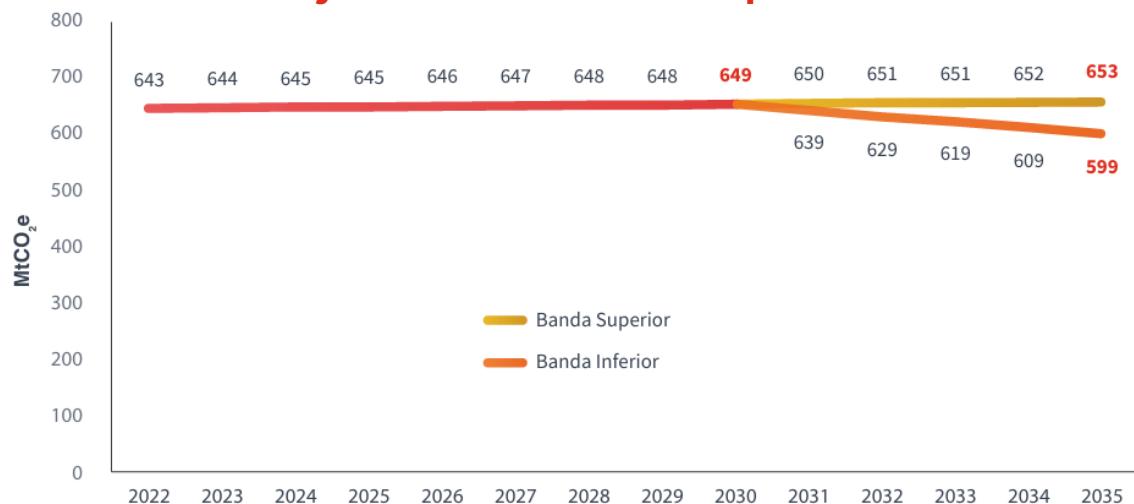
Reducir área incendiada de vegetação nativa em áreas rurais privadas em 50% até 2030 e 75% até 2035 em relação à média histórica

# Plano Setorial de Agricultura e Pecuária

## Desagregação das Metas Setoriais

AGRICULTURA E PECUÁRIA	Total em 2022 (MtCO <sub>2</sub> e)	Meta 2030 (MtCO <sub>2</sub> e)	Variação 2030/2022 (%)	META 2035 (MtCO <sub>2</sub> e)		VARIAÇÃO 2035/2022 (%)	
				Inferior	Superior	Inferior	Superior
Fermentação Entérica	404						
Manejo Dejetos Animais	29						
Cultivo de arroz	12	628	1%	582	634	- 6%	2%
Solos manejados	145						
Calagem	27						
Aplicação de ureia	5						
Queima de combustíveis	21	21	0%	17	19	- 19%	- 10%
Total	643	649	1%	599	653	- 7%	2%

## Trajetória de emissões líquidas

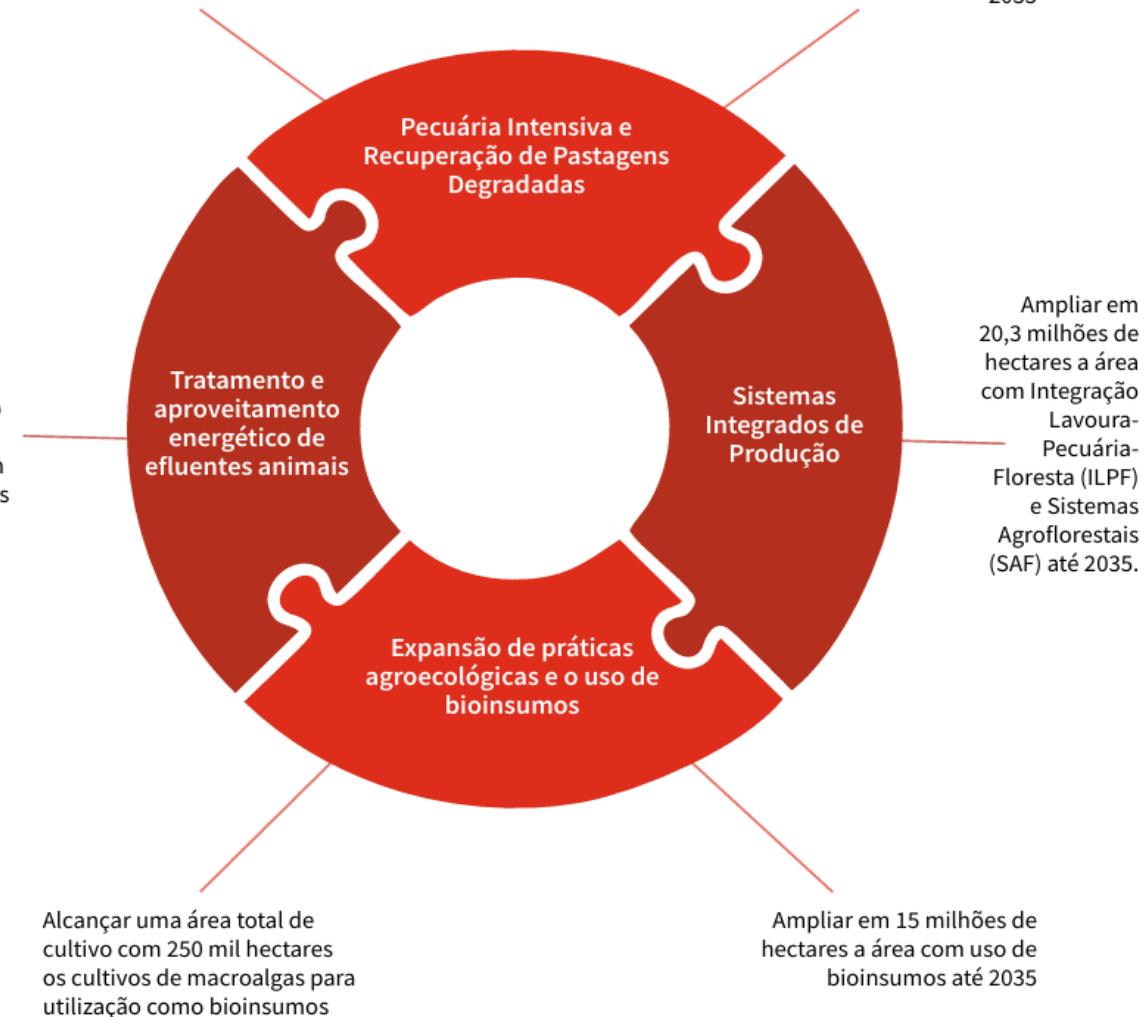


16 ações impactantes e 26 ações estruturantes

### Principais ações, alavancas e metas:

Aumentar em 30 milhões de hectares a área de pastagens recuperadas até 2035

bovinos abatidos/ano com até 36 meses (em unidades) até 2035



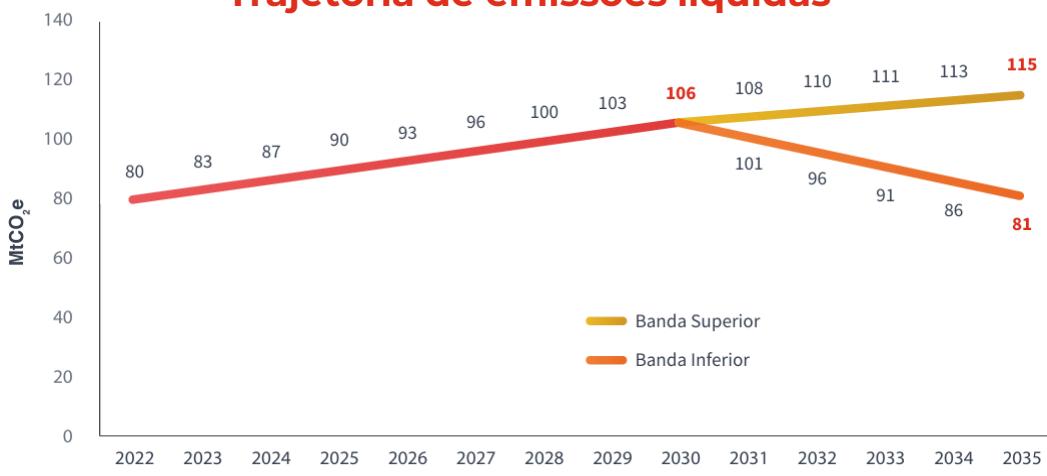
# Plano Setorial de Energia



## Desagregação das Metas Setoriais

ENERGIA Produção de energia	Total em 2022 (MtCO <sub>2</sub> e)	Meta 2030 (MtCO <sub>2</sub> e)	Variação 2030/2022 (%)	META 2035 (MtCO <sub>2</sub> e)		VARIAÇÃO 2035/2022 (%)	
				Inferior	Superior	Inferior	Superior
Produção de eletricidade e calor	24						
Refino de petróleo	13						
Produção de combustíveis sólidos e outras indústrias de energia	18	106	33%	108	123	35%	54%
Gasodutos	2						
Emissões fugitivas (mineração/manejo de carvão)	2						
Emissões fugitivas (petróleo e gás natural)	21						
Remoções	0	0	0%	- 27	- 8		
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>106</b>	<b>33%</b>	<b>81</b>	<b>115</b>	<b>1%</b>	<b>44%</b>

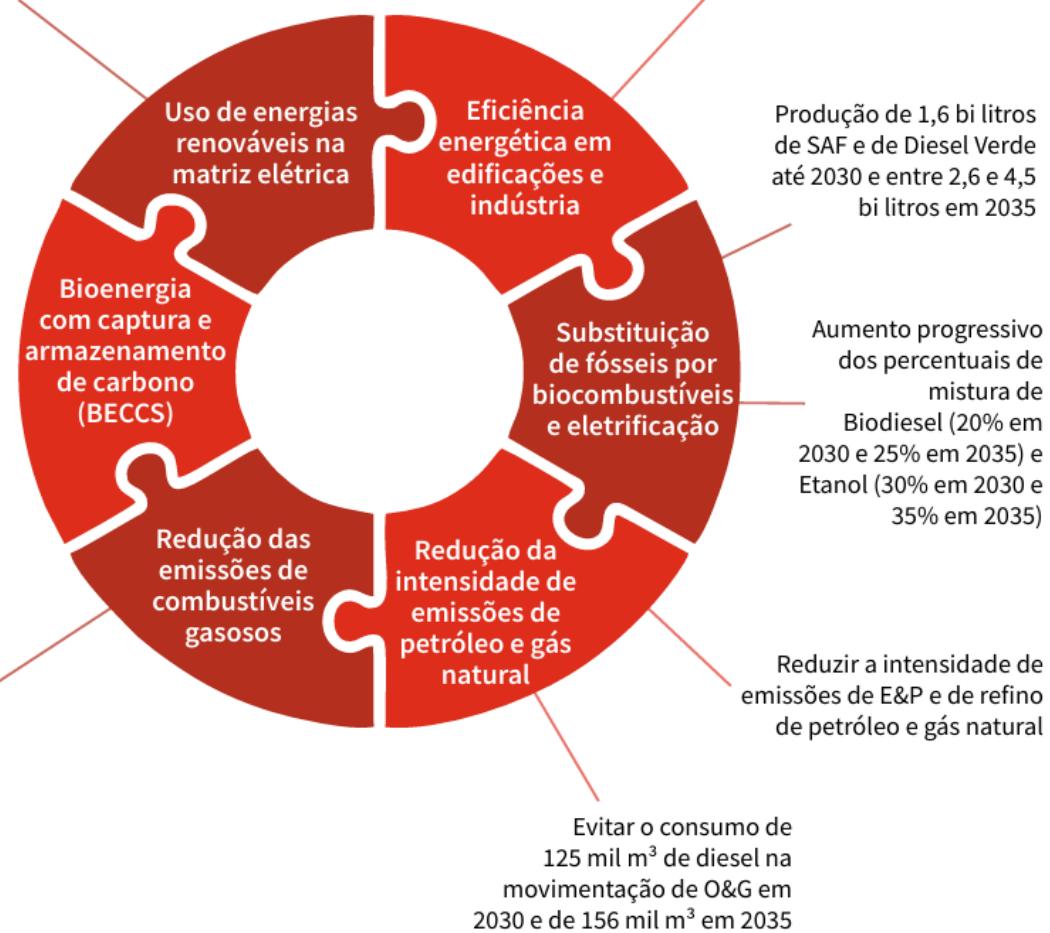
## Trajetória de emissões líquidas



9 ações impactantes e 17 ações estruturantes

### Principais ações, alavancas e metas:

82,7% a 86,1% da matriz elétrica renovável em 2035



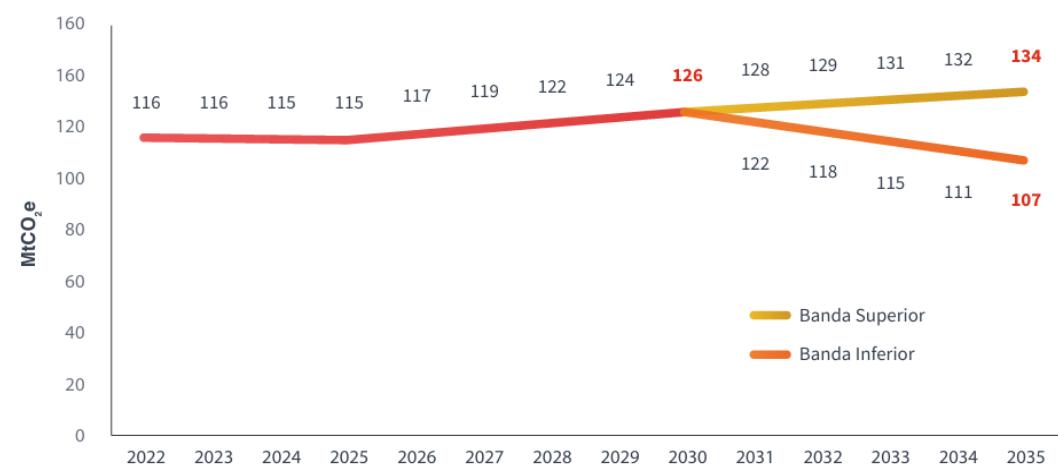
# Plano Setorial de Transportes



## Desagregação das Metas Setoriais

TRANSPORTES	Total em 2022 (MtCO <sub>2</sub> e)	Meta 2030 (MtCO <sub>2</sub> e)	Variação 2030/2022 (%)	META 2035 (MtCO <sub>2</sub> e)		VARIAÇÃO 2035/2022 (%)	
				Inferior	Superior	Inferior	Superior
Caminhões médios	12	9		6		8	
Caminhões semipesados	32	89	32	88	-1%	25	73
Caminhões pesados	45		47			42	
Ônibus rodoviário	11		16		44%	9	16
Transporte ferroviário	3		4		37%	4	5
Navegação doméstica	4		4		8%	4	5
Aviação doméstica	9		14		56%	17	19
Total	116		126		9%	107	134
						-8%	16%

## Trajetória de emissões líquidas



## 8 ações impactantes e 17 ações estruturantes

### Principais ações, alavancas e metas:

Migrar o volume de carga rodoviária para a ferroviária em 31,5 bi TKU em 2030 e 38 bi TKU em 2035.

Aumentos percentuais de uso de combustíveis de baixa emissão na navegação doméstica para 6% em 2030 e 28% em 2035

Aumentos percentuais de uso de SAF em voos domésticos para 3% em 2030, 8% em 2035

20% de adição de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final até 2030 e 25% até 2035.

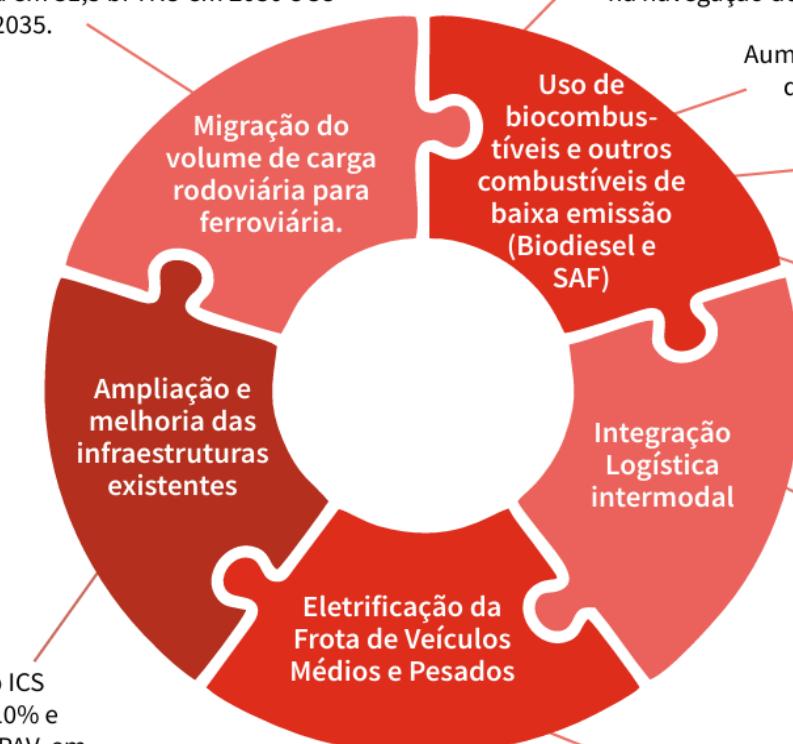
Aumentos percentuais de uso de Diesel Verde no setor para 2% até 2030 e 3% até 2035

Aumentar a participação do modo aquaviário na matriz de transporte de carga para 15% em 2030 e 18% em 2035

Aumentar o ICS médio em 10% e em 5% o IDPAV, em comparação a 2024.

Aumentos percentuais de veículos médios e pesados elétricos no setor para 6% e 11% em 2035

Aumentos percentuais de veículos médios e pesados elétricos no setor para 6% e 11% em 2035



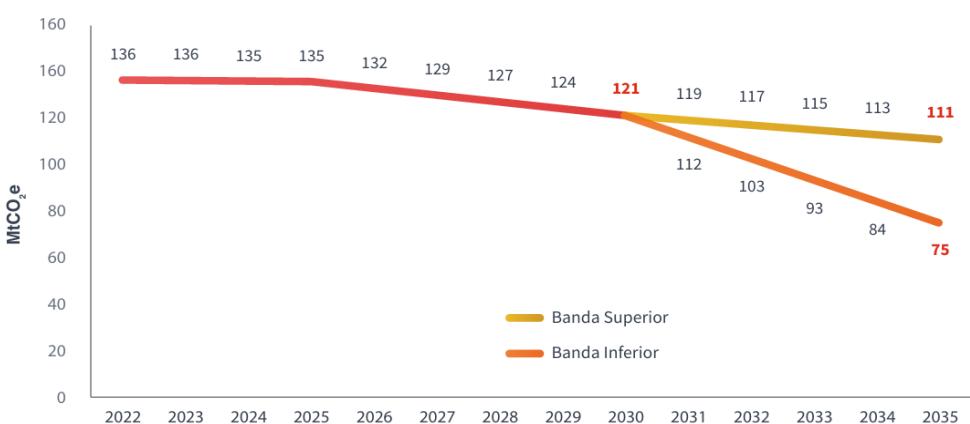
# Plano Setorial de Cidades



## Desagregação das Metas Setoriais

CIDADES	Total em 2022 (MtCO <sub>2</sub> e)	Meta 2030 (MtCO <sub>2</sub> e)	Variação 2030/2022 (%)	META 2035 (MtCO <sub>2</sub> e)		VARIAÇÃO 2035/2022 (%)	
				Inferior	Superior	Inferior	Superior
Automóveis	69	68		44	65		
Motocicletas	5	5		4	5		
Ônibus urbano e micro-ônibus	14	100	99 -1%	3	58	14 94 -42%	-6%
Caminhões leves	12	12		7	11		
Edificações (residenciais)	27						
Edificações (comerc. e instit.)	3	30	19 -37%	18	18	-42%	-41%
Assentamentos (líquido)	6	3	-50%	0	0	-100%	-100%
Total	136	121	-11%	75	111	-45%	-18%

## Trajetória de emissões líquidas



## 9 ações impactantes e 31 ações estruturantes

### Principais ações, alavancas e metas:

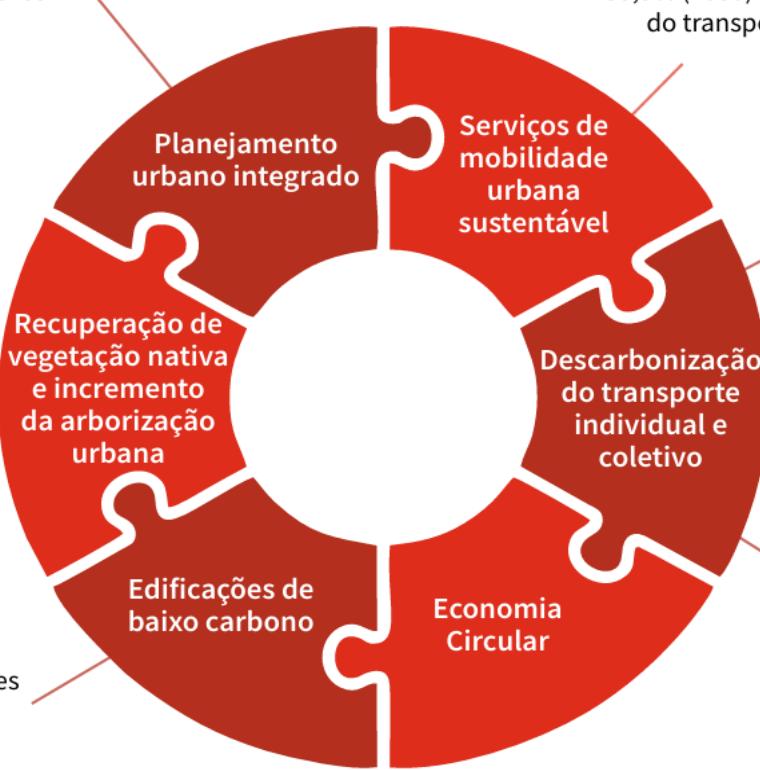
Reducir em 25% (2030) e 50% (2035) a participação da gasolina no abastecimento de veículos leves

Atingir, no mínimo, 34,5% (2030) e 37% (2035) de participação dos modos ativos e 33,5% (2030) e 36% (2035) de participação do transporte público na matriz modal nacional

Participação na frota alocada para o TPC de, no mínimo, 35% dos veículos movidos a energias renováveis até 2035

Alcançar 19% (2030) e 38% da frota pública de veículos de serviços essenciais movidos por combustíveis de baixa ou zero emissão

Reducir o tempo médio gasto de deslocamento em grandes cidades em 5% (2030) e 20% (2035)



Apoiar a construção de 470 mil unidades habitacionais no MCMV até 2030 e 3 milhões até 2035 com sistemas construtivos que reduzam emissões de CO<sub>2</sub> e a geração de resíduos

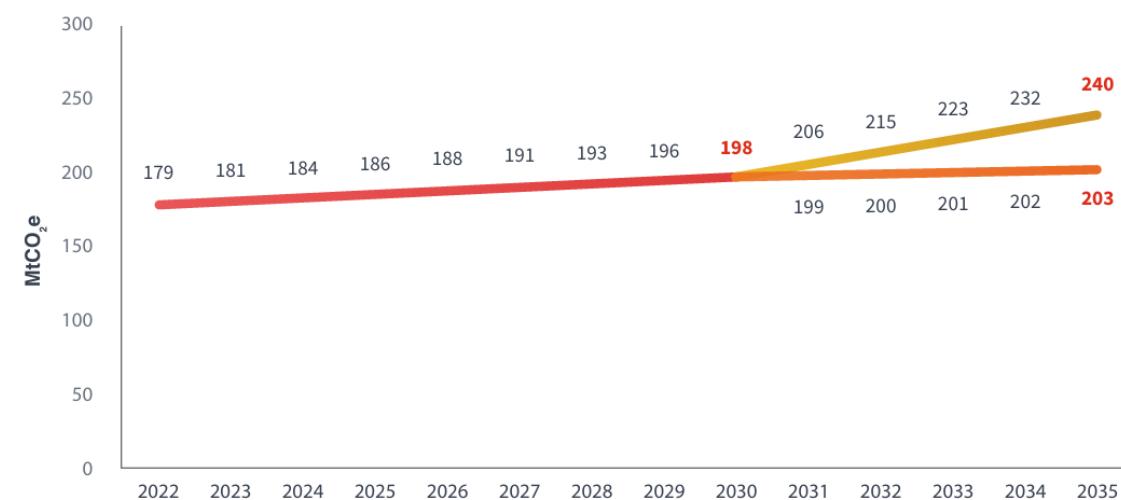
# Plano Setorial da Indústria



## Desagregação das Metas Setoriais

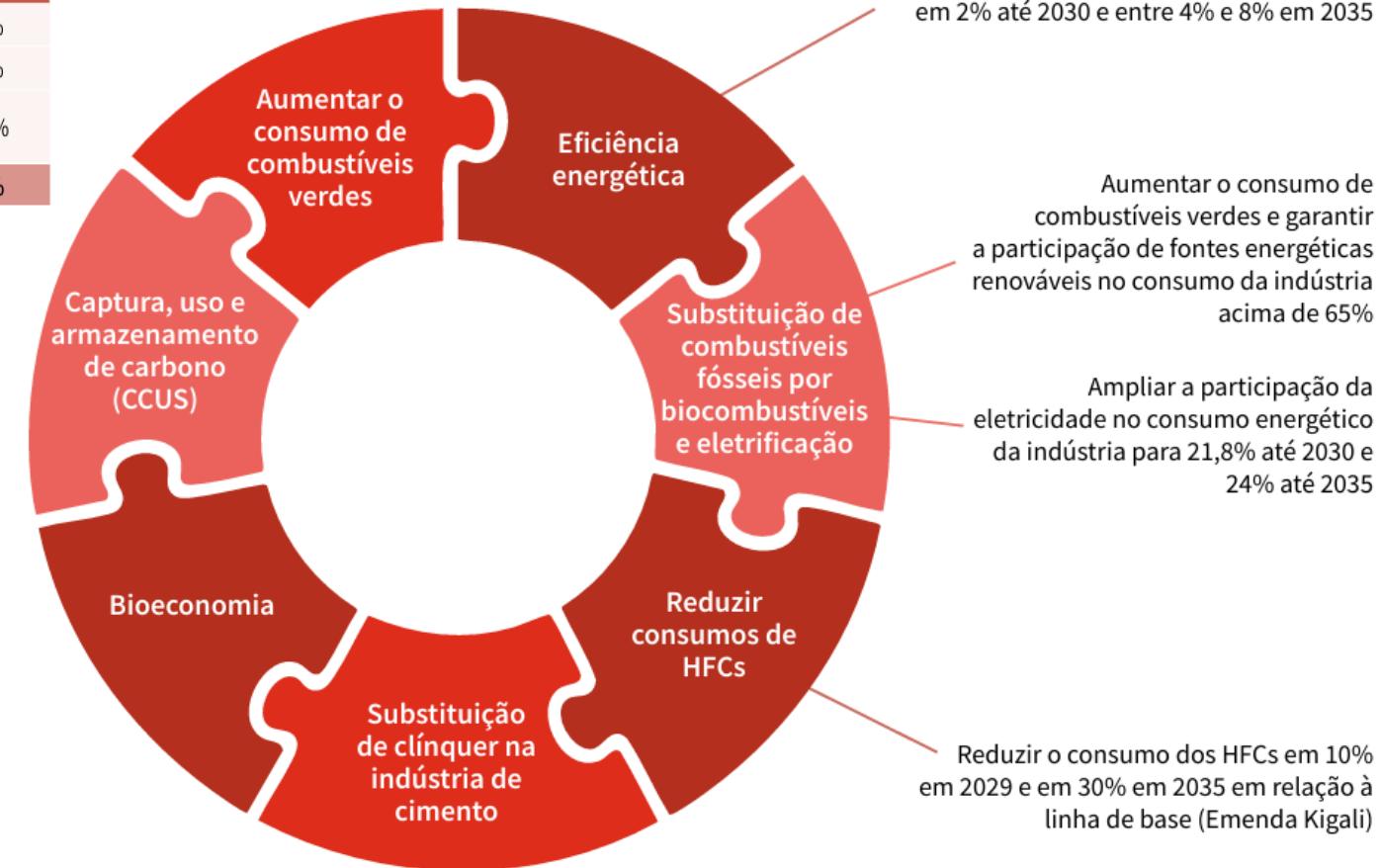
INDÚSTRIA	Total em 2022 (MtCO <sub>2</sub> e)	Meta 2030 (MtCO <sub>2</sub> e)	Variação 2030/2022 (%)	META 2035 (MtCO <sub>2</sub> e)		VARIAÇÃO 2035/2022 (%)	
				Inferior	Superior	Inferior	Superior
IPPU	102	120	18%	125	143	23%	40%
Queima de Combustíveis <sup>5</sup>	71	73	3%	73	93	3%	31%
Águas Residuárias Industriais	6	5	-17%	5	4	-17%	-33%
Total	179	198	11%	203	240	13%	34%

## Trajetória de emissões líquidas



## 5 ações impactantes e 12 ações estruturantes

### Principais ações, alavancas e metas:



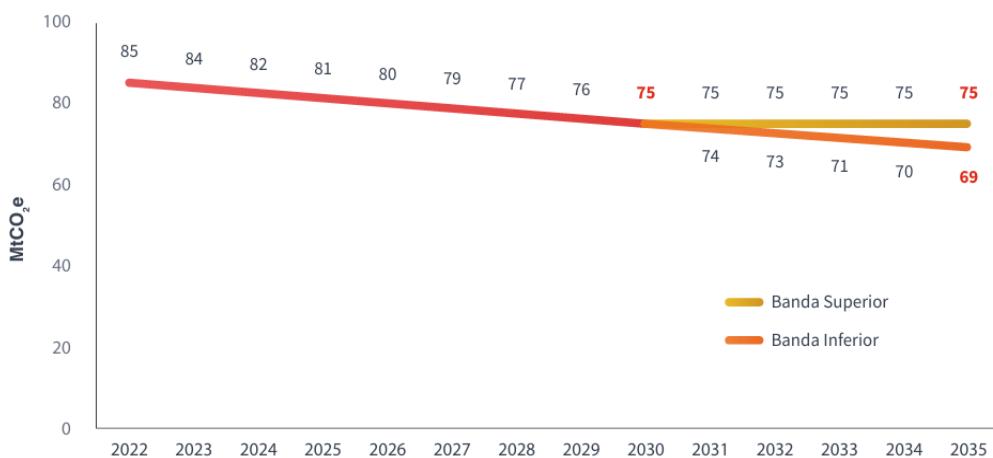
# Plano Setorial de Resíduos Sólidos e Efluentes Domésticos



## Desagregação das Metas Setoriais

RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES DOMÉSTICOS	Total em 2022 (MtCO <sub>2</sub> e)	Meta 2030 (MtCO <sub>2</sub> e)	Variação 2030/2022 (%)	META 2035 (MtCO <sub>2</sub> e)		VARIAÇÃO 2035/2022 (%)	
				Inferior	Superior	Inferior	Superior
Disposição de resíduos sólidos (locais manejados)	44						
Disposição de resíduos sólidos (locais não-categorizados)	10	49	- 11%	45	49	- 18%	- 11%
Tratamento biológico de resíduos sólidos	0						
Incineração	1						
Águas residuárias domésticas	30	26	- 13%	24	26	- 20%	- 13%
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>75</b>	<b>- 12%</b>	<b>69</b>	<b>75</b>	<b>- 19%</b>	<b>- 12%</b>

## Trajetória de emissões líquidas

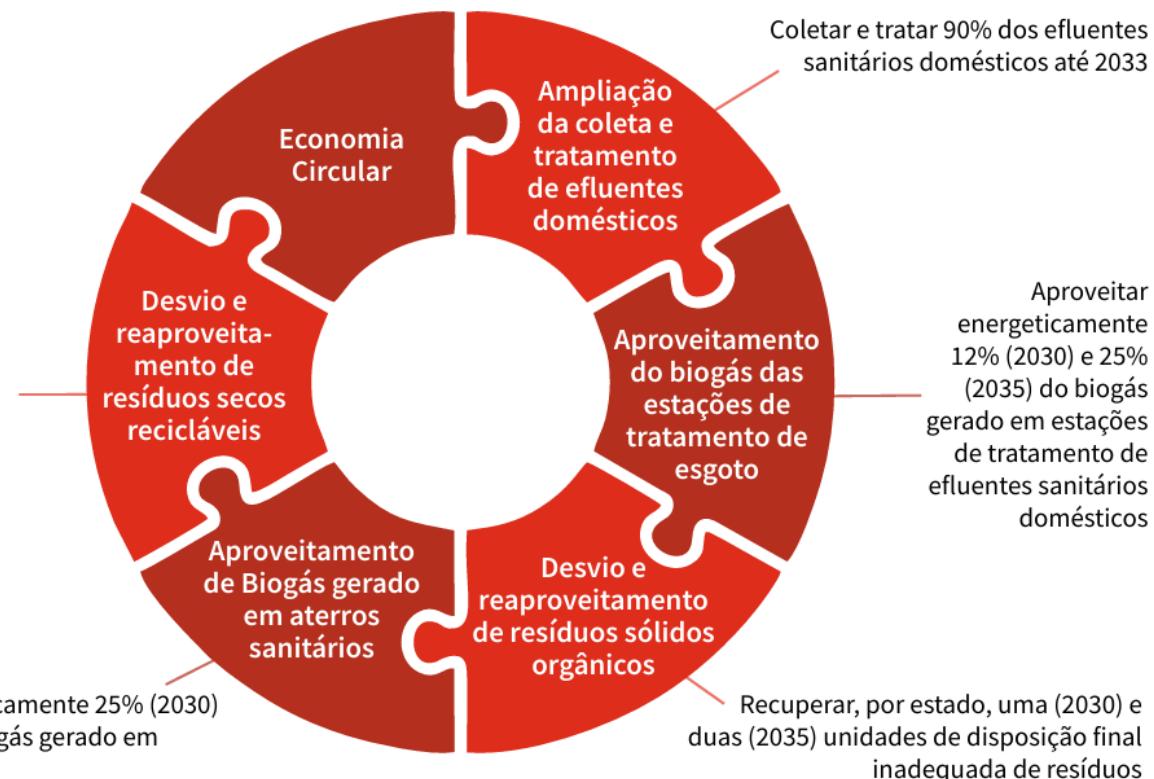


Reduzir em 25% (2030) e 35% (2035) a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para unidades de disposição final

Aproveitar energeticamente 25% (2030) e 45% (2035) do biogás gerado em aterros sanitários

## 5 ações impactantes e 14 ações estruturantes

### Principais ações, alavancas e metas:



# Obrigado!

---

Secretaria-Executiva do Comitê  
Interministerial sobre Mudança do Clima

cim@mma.gov.br

MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE E  
MUDANÇA DO CLIMA

CASA CIVIL

GOVERNO DO  
**BRASIL**  
DO LADO DO PÔVO BRASILEIRO